



REVISTA DA Emeron

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA

N.31 2023

ISSN 1983-7283
ISSN Eletrônico 2764-9679

REVISTA DA **Emeron**



EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986
Conhecimento a Serviço da Cidadania

Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia
Ano 2023 - nº 31 - dezembro de 2023
Periodicidade: Semestral

Diretor
Desembargador Raduan Miguel Filho

Coordenador do Comitê de Redação Científica
Desembargador Álvaro Kalix Ferro

REVISTA DA Emeron



CÚPULA DIRETIVA - BIÊNIO 2022-2023

Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Presidente	Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vice-Presidente	Des. Osny Claro de Oliveira Junior
Corregedor-Geral	Des. José Antônio Robles

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron

Diretor	Des. Raduan Miguel Filho
Vice-Diretora	Juíza Karina Miguel Sobral
Secretária Geral	Érica Machado e Silva de Carvalho Lopes

Centro de Pesquisa e Publicação Acadêmica - Cepep

Arlen José Silva de Souza

Comitê de Redação Científica e Conselho Editorial

Álvaro Kalix Ferro	Audarzean Santana da Silva
Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres	Lucas Niero Flores
Johnny Gustavo Clemes	Jean Carlo Silva dos Santos

Conselho Científico

Adolfo Theodoro Naujorks Neto (TJRO)	Gabriel Martín Rodríguez (Universidad Rey Juan Carlos – Madrid/Espanha)
Alexandre Miguel (TJRO)	Guilherme Ribeiro Baldan (TJRO)
Álvaro Kalix Ferro (TJRO)	Haruo Mizusaki (TJRO)
Ana Lúcia Tavares Ferreira (PUC-Rio e UERJ)	Inês Moreira da Costa (TJRO)
Ana Paula Baldez Santos (TJRO)	Jussara Valente Fernandes Secco (TJRO)
Arlen José Silva de Souza (TJRO)	Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcântara (TJRO)
Áureo Virgílio Queiroz (TJRO)	Larissa Pinho de Alencar Lima (TJRO)
Carlos Eduardo Adriano Japiassú (Estácio de Sá e UERJ)	Leticia Mirelli Faleiro e Silva (UERJ)
Cláudia Vieira Maciel de Sousa (TJRO)	Oscar Francisco Alves Júnior (TJRO)
Daniela Christina Klenz Eller (TJRO)	Pablo Fernández García-Armero (UNIR - Universidad Internacional de La Rioja – Espanha)
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz (TJRO)	Philiane Ferreira Paulino da Silva (TJRO)
Denise Pipino Figueiredo (TJRO)	Rubén Miranda Gonçalves (UNIR - Universidad Internacional de La Rioja – Espanha)
Deyvid Junior Cremasco (TJRO)	Samile Dias Carvalho (TJRO)
Duília Sgrott Reis (TJRO)	Sérgio Willian Domingues Teixeira (TJRO)
Elson Pereira de Oliveira Bastos (TJRO)	Zeno Germano De Souza Neto (TJRO)
Emy Karla Yamamoto Roque (TJRO)	
Flávio Henrique de Melo (TJRO)	
Francielle Vieira Oliveira (Estácio – Brasília)	
Franklin Vieira dos Santos (TJRO)	

31

emeron.tjro.jus.br



EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986
Conhecimento a Serviço da Cidadania

Editora: Escola da Magistratura do Estado de Rondônia
Rua Tabajara, 834, Olaria - CEP: 76.831-316
Porto Velho - Rondônia - Brasil
Tel.: (69) 3217-1066
emeron.cepep@tjro.jus.br - emerom.tjro.jus.br

Editor Responsável

Arlen José Silva de Souza

Edição de Conteúdo

Eduardo Ribeiro dos Santos
Jean Carlo Silva dos Santos

Projeto Gráfico e Capa

Marcelo Cidade

Diagramação e impressão

Ronaldo Marcelo Avelino Knyppe
Núcleo de Serviços Gráficos - Nugraf

Produção

Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação - Cepep/Emeron

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n. 9.610 de 19/2/1998. Nenhuma parte desta obra, sem autorização prévia da Escola da Magistratura ou dos autores, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, fotográficos, gravação ou outros.

Revista da Emeron / Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. - n.31 (jan./dez 1996-) - Porto Velho : TJRO, 2023.

Anual

ISSN 1983-7283

1. Direito – Periódicos I. Rondônia (Estado) Tribunal de Justiça. Escola da Magistratura do Estado de Rondônia

CDD: 340.5
CDU-340 (05)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
A POSSIBILIDADE DE DECISÕES ESTRUTURANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB O ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA GARANTIR SEGURANÇA JURÍDICA E A TRANSNACIONALIDADE MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA	22
PODER REGULAMENTAR PRIMÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA LEGITIMADO NA ESTRUTURA DO FEDERALISMO BRASILEIRO POR MEIO DA SUSTENTABILIDADE E DA AÇÃO COMUNICATIVA. ALEXANDRE MIGUEL	26
A AMAZÔNIA BRASILEIRA E O SEU CARÁTER TRANSNACIONAL: O APROVEITAMENTO DO SEU PATRIMÔNIO ESTRATÉGICO PARA GARANTIA DO DESENVOLVIMENTO. JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL	29
CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA JURÍDICA NA SOLUÇÃO DE LITÍGIOS NO BRASIL: RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO. DEISY CRISTHIAN LORENA DE OLIVEIRA FERRA	32
HIDRELÉTRICAS NO RIO MADEIRA: A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA COMO INSTRUMENTO PARA O ALCANCE DA SUSTENTABILIDADE. INÊS MOREIRA DA COSTA	36
JUDICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O PADRÃO DECISÓRIO DO STF, TJRS E TJRO. LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA	39
MAR DE TIMOR: MEDIAÇÃO DO TIMOR-LESTE COM A AUSTRÁLIA. SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES	42
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS NO DIREITO COMPARADO E A POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE DROGAS UTILIZADA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL, NA COMARCA DE PORTO VELHO/RO. ARLEN JOSÉ SILVA DE SOUZA	44
ACESSO À JUSTIÇA PARA AS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DO BAIXO RIO MADEIRA: UMA ANÁLISE DE 2010 A 2018 SOB A LUZ DO CONCEITO DE CIDADANIA. JOHNNY GUSTAVO CLEMES	46
A MEDIAÇÃO TRANSNACIONAL PARA O ALCANCE DA SUSTENTABILIDADE NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DECORRENTES DE DANOS AMBIENTAIS NA BACIA DO RIO AMAZONAS GRUILHERME RIBEIRO BALDAN	48
A FRATERNIDADE NA PREVENÇÃO, PUNIÇÃO E ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: A EXPERIÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DE RONDÔNIA APLICADO À MULHER RIBEIRINHA DO RIO MADEIRA COMO MODELO DE APLICAÇÃO. ÁUREO VIRGÍLIO QUEIROZ	51

MUROS ALTOS E RIOS DE SANGUE O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL E A EXPANSÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA	54
A ATUAÇÃO JUDICANTE E A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE: EMBARAÇO OU AUXÍLIO? AUDARZEAN SANTANA DA SILVA	56
MEDIAÇÃO JUDICIAL EM CONTEXTOS FAMILIARES ENVOLVENDO A GUARDA DE FILHOS. ZENO GERMANO DE SOUZA NETO	58
POPULAÇÃO RIBEIRINHA DE RONDÔNIA E O ESTATUTO DO DESARMAMENTO: COMPREENSÃO DO DIREITO PENAL A PARTIR DA TEORIA DO DELITO CULTURALMENTE MOTIVADO FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS	61
TRAJETÓRIAS DE REINserÇÃO COMUNITÁRIA DAS PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE SEGURANÇA EM RONDÔNIA: DETERMINANTES INDIVIDUAIS, FAMILIARES E DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. ANA PAULA BALDEZ SANTOS	64
POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE INFRATOR/A: UMA ANÁLISE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM PORTO VELHO/RO(2016/2018). HELENA DE JESUS ABREU ARAÚJO	67

APRESENTAÇÃO

É com grande entusiasmo que apresentamos aos leitores desta revista científica as teses de doutorado desenvolvidas pelos (as) Magistrados (as) e servidores (as) do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. Os(as) Autores (as) exploraram temas abrangentes e pertinentes, abordando questões que variam desde a política pública para adolescentes infratores em Porto Velho/RO, até o sistema penitenciário federal e sua influência nas facções criminosas. Nossos (as) autores (as) mergulharam a fundo na análise de tópicos complexos, como a compreensão do direito penal culturalmente motivado no contexto das populações ribeirinhas de Rondônia. Além disso, a revista inclui estudos detalhados sobre mediação judicial em contextos familiares, a política de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira e a complexa relação entre a Amazônia e o direito transnacional. Essas contribuições prometem expandir nosso entendimento sobre questões críticas no âmbito do direito e fornecer insights valiosos para profissionais, estudiosos e interessados nesses tópicos diversos. Nossa revista está comprometida em promover o conhecimento e a pesquisa e estas propostas refletem o nosso compromisso contínuo com a excelência na difusão de informações jurídicas relevantes e oportunas.

O primeiro texto, de autoria do Desembargador Marcos Alaor Diniz Granjeia, apresenta estudo inovador e provocante que mergulha nas complexidades da atividade jurisdicional da Suprema Corte Brasileira no âmbito dos direitos fundamentais com espectro ambiental considerados transnacionais e seus impactos nos cenários nacional e internacional. O texto intitulado “A Possibilidade de Decisões Estruturantes do Supremo Tribunal Federal sob o Artigo 225 da Constituição Federal para Garantir Segurança Jurídica e a Transnacionalidade” tem como escopo a investigação das possibilidades do Supremo Tribunal Federal (STF) transcender a análise ortodoxa do conceito de soberania por meio de decisões estruturantes, sem violação da teoria de separação dos poderes, conferindo ao artigo 225 da Constituição Federal uma natureza jurídica transnacional. Sendo que, para este fim, ao longo do

texto, o autor explora o papel fundamental do STF no estado constitucional de direito, examinando suas disfuncionalidades, funcionalidades e o impacto delas na segurança jurídica. Em seguida, mergulha na análise da transnacionalidade, traçando sua evolução histórica e sua interseção com o direito internacional. Cabe ressaltar que um dos pontos mais notáveis desse estudo é a abordagem crítica dos conceitos ortodoxos de soberania e da teoria de separação dos poderes, os quais são considerados obstáculos conceituais à concepção de transnacionalidade do artigo 225 da Constituição. O autor finaliza tecendo argumentações críticas e sugestões de como o STF pode agir de forma funcional, por meio de decisões estruturantes, superando possíveis conflitos com os outros poderes, consolidando-se, assim, como uma Corte de agir local e visão global.

Em seguida, o Desembargador Alexandre Miguel traz à baila uma tese de pesquisa que lança luz sobre um tema de relevância crítica no contexto do direito brasileiro. Intitulada “Poder Regulamentar Primário do Conselho Nacional de Justiça Legitimado na Estrutura do Federalismo Brasileiro por meio da Sustentabilidade e da Ação Comunicativa”, sua tese emerge da perspicácia de um estudioso dedicado e comprometido com a compreensão das complexidades do sistema jurídico brasileiro. No cerne da sua pesquisa está a questão da compatibilização do poder normativo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a estrutura do Estado Federal brasileiro. O autor propõe uma solução inovadora, baseada na Sustentabilidade e na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, para compatibilizar as ações do CNJ com a Constituição Federal. Ele questiona a falta de menção no artigo 103-B da Constituição sobre inovações na ordem jurídica, que podem comprometer o papel legislativo. A pesquisa sugere caminhos de legitimação, como a delegação normativa e a interseção normativa internacional da sustentabilidade, como meio de resolver conflitos. Também propõe a criação de Centros Normativos Judiciários Dialógicos e plataformas digitais para promover o diálogo e participação pública na formulação das normas. Seu texto é uma valiosa contribuição ao debate jurídico e político no Brasil, explorando questões-chave sobre a governança e o equilíbrio de poder.

Na sequência, temos uma tese que destaca um tema crucial da atualidade: a Amazônia Brasileira e seu caráter transnacional. Com o título “A Amazônia Brasileira e o Seu Caráter Transnacional: O Aproveitamento do seu Patrimônio Estratégico para Garantia do Desenvolvimento”, de autoria do Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal, a tese é um marco no estudo das questões ambientais, econômicas e políticas que envolvem essa vasta e estratégica região. Com o objetivo de demonstrar o direito do Brasil de aproveitar os recursos naturais estratégicos da Amazônia para alcançar o desenvolvimento econômico e social, o estudo parte do pressuposto de que o Brasil possui esse direito, baseando-se em decisões de organismos internacionais que reconhecem direitos similares a outros países em relação aos seus recursos naturais. A tese contempla a realidade da Amazônia Brasileira ao destacar a riqueza de seus recursos naturais, em particular a água e o seu papel como patrimônio estratégico do Brasil. Aprofunda, ainda, a discussão sobre a transnacionalidade, a globalização e os riscos inerentes à era pós-moderna. Aqui, são explorados organismos internacionais relevantes e suas atividades, bem como julgamentos internacionais que têm relevância para a questão Amazônica. A busca por precedentes e decisões é uma parte crucial deste capítulo, visando aplicar raciocínio semelhante em favor do Brasil. Assim, analisa o compromisso do País com a preservação ambiental e destaca a persistente fome e pobreza que afetam uma parte significativa da população brasileira. Ao final, o autor propõe um caminho a seguir, argumentando que o Brasil tem direito ao desenvolvimento e deve explorar de forma mais ampla os recursos da Amazônia. É sugerido o uso de mecanismos de democracia assimétrica para determinar quanto da Amazônia deve ser protegido e enfatiza a necessidade de criação de uma democracia transnacional amazônica e uma rede de proteção mútua entre os países amazônicos.

No quarto texto, a Juíza Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz amplia os horizontes jurídicos dos serviços notariais e de registros como solucionadores de conflitos no Brasil. De profundo impacto e relevância no campo do direito brasileiro, sua tese “Contribuição da Política Jurídica na Solução de Litígios no Brasil: Resolução Extrajudicial de Conflitos pelos Serviços Notariais e de Registro” se destaca por sua abordagem inovadora e pioneira. Seu foco é a utilização dos serviços notariais e registrais como ferramenta para a resolução de conflitos de

interesse, por meio de decisões ou sentenças com efeito definitivo. O estudo parte da quebra do paradigma da exclusividade da jurisdição estatal pela arbitragem, que possui competência para emitir decisões arbitrais com trânsito em julgado, efetivamente se tornando títulos executivos judiciais. Agora, os serviços notariais e de registro, devido à fé pública inerente a eles, também podem proferir decisões em questões patrimoniais que envolvam disposição de vontade, garantindo uma resolução definitiva dos conflitos e atuando como verdadeiros agentes da justiça. A tese se baseia na Política Jurídica e no fenômeno do pluralismo jurídico, propondo que os serviços notariais e de registro ampliem suas funções para atuar como instrumentos de resolução extrajudicial de conflitos. Isso contribui significativamente para o acesso à justiça e a solução de conflitos, especialmente em áreas onde o Poder Judiciário não consegue atender plenamente, dada a abrangência dos serviços extrajudiciais. Esta pesquisa representa uma inovação notável no campo do direito brasileiro, explorando um caminho alternativo e eficaz para a resolução de litígios.

Dando continuidade, a Juíza Inês Moreira da Costa não apenas aborda questões críticas de política ambiental, mas também oferece soluções inovadoras para os desafios enfrentados na busca da sustentabilidade. Tendo como título “Hidrelétricas no Rio Madeira: a Avaliação Ambiental Estratégica como Instrumento para o Alcance da Sustentabilidade”, sua tese é um destacado exemplo de como o direito e a governança ambiental podem se unir para promover o desenvolvimento sustentável. A autora tem como objetivo central avaliar a aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) em contextos de ações estratégicas e governança ambiental relacionadas às usinas hidrelétricas no Rio Madeira, Estado de Rondônia. Seu propósito maior é encontrar alternativas à implantação dessas usinas e superar as limitações dos Estudos de Impacto Ambiental na tomada de decisões estratégicas que buscam equilibrar desenvolvimento e sustentabilidade. Suas conclusões são notáveis, destacando a importância da Avaliação Ambiental Estratégica como instrumento indispensável para alcançar a sustentabilidade em Rondônia. Esta pesquisa não apenas identifica os desafios, mas também aponta soluções viáveis e eficazes para a gestão ambiental em um contexto de desenvolvimento econômico, além de ser uma leitura obrigatória para todos aqueles interessados na harmonização entre desenvolvimento e preservação ambiental.

Adiante, a Juíza Larissa Pinho de Alencar Lima estuda o equilíbrio delicado concernente ao Poder Judiciário na judicialização da educação. Sua tese “Judicialização da Educação: Um Estudo sobre o Padrão Decisório do STF, TJRS e TJRO”, lança luz sobre um tema crítico e oportuno: o papel do Poder Judiciário na efetivação do direito à educação no Brasil. Em sua pesquisa, a autora busca compreender o padrão de tomada de decisões adotado pelos tribunais, especificamente o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) e o Supremo Tribunal Federal (STF), ao lidar com casos de judicialização da educação. O estudo questiona se esse padrão de comportamento é progressista ou conservador e se o Judiciário desempenhou um papel de protagonismo em suas decisões entre os anos de 2011 e 2017. Além disso, a autora investiga se essas decisões tiveram algum impacto sobre o comportamento do Poder Legislativo, cuja responsabilidade é criar leis que orientem o Poder Executivo na implementação de políticas educacionais. O estudo considera como padrão conservador as decisões baseadas estritamente na legislação nacional existente, enquanto as decisões fundamentadas na Constituição de 1988, seus princípios, leis internacionais ou que demonstram um maior protagonismo judicial são classificadas como progressistas. Por fim, a pesquisa também analisa em que medida o Poder Judiciário tem atuado como mediador de políticas públicas relacionadas ao direito à educação, especialmente quando o Poder Legislativo e o Poder Executivo se mostram inertes.

O sétimo texto, de autoria da Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, e que tem como título “Mar de Timor: Mediação do Timor-Leste com a Austrália”, apresenta aos nossos leitores um estudo intrigante que mergulha nas complexas negociações internacionais que culminaram na assinatura de um tratado histórico em 6 de março de 2018. O tratado, que estabelece as fronteiras marítimas definitivas no Mar de Timor, representa um marco significativo nas relações entre Timor-Leste e a Austrália. O processo de conciliação obrigatória que levou à assinatura deste tratado ocorreu na Corte Permanente de Arbitragem (CPA), sob a égide da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O processo marcou o fim de uma longa disputa entre Timor-Leste e a Austrália e resultou no reconhecimento dos direitos de Timor-Leste sobre suas águas territoriais e os recursos naturais nelas

contidos, incluindo petróleo e gás. Este estudo, meticulosamente conduzido, concentra-se na análise das relações de poder entre os dois Estados ao longo desta disputa. Ele ilumina questões cruciais sobre igualdade no direito internacional, examinando como os princípios de soberania e igualdade foram aplicados e respeitados durante o processo de negociação. O reconhecimento dos direitos de Timor-Leste sobre suas águas territoriais é um passo crucial em direção à soberania e independência plenas para o povo timorense. Oferece uma visão valiosa das dinâmicas geopolíticas e diplomáticas que levaram a esse resultado histórico. É um estudo essencial para todos aqueles interessados na diplomacia, na negociação de fronteiras e nos desafios que os Estados enfrentam ao buscar seus direitos soberanos.

A tese a seguir, de autoria do Juiz Arlen José Silva de Souza, intitulada “As Políticas Públicas de Enfrentamento às Drogas no Direito Comparado e a Política Pública Brasileira de Drogas Utilizada na Amazônia Ocidental”, representa uma contribuição significativa para o debate sobre a eficácia das políticas de drogas no Brasil. O objetivo central desta pesquisa é analisar as políticas e ações de outros países, com destaque para a política pública em Portugal, a fim de avaliar sua eficácia. A questão central é se políticas públicas que adotam uma abordagem mais flexível e menos punitiva em relação às drogas podem servir como referência para a formulação de políticas na região da Amazônia Ocidental, levando em consideração suas complexas dinâmicas multiculturais. Um dos aspectos notáveis desta pesquisa é a análise dos perfis relacionados ao tráfico e associação para o tráfico de drogas em Porto Velho, Rondônia, por meio do estudo de processos judiciais. Além disso, o estudo comparativo das políticas de drogas oferece uma visão profunda dos instrumentos utilizados por países que obtiveram sucesso na redução do uso e abuso de entorpecentes. Os resultados desta pesquisa confirmam a hipótese de que as políticas de drogas de outros países, especialmente a de Portugal, representam alternativas importantes que merecem discussão e consideração para implementação no contexto brasileiro. Essa pesquisa levanta questões cruciais sobre a eficácia da política antidrogas atualmente em vigor no Brasil, especialmente por meio da Lei 11.343/2006, que criou o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Além disso, questiona se a aplicação desses instrumentos no sistema punitivo conseguiu re-

duzir efetivamente a incidência dos crimes relacionados às drogas no Estado brasileiro, com foco especial na Comarca de Porto Velho/RO. Esta é uma leitura essencial para todos interessados na reforma das políticas de drogas e na busca de abordagens mais eficazes e humanas para lidar com esse desafio global.

Dando sequência à apresentação, temos um texto que mergulha profundamente na questão do acesso à justiça para as populações ribeirinhas do Baixo Rio Madeira, no Estado de Rondônia. Com o título “Acesso à Justiça para as Populações Ribeirinhas do Baixo Rio Madeira: Uma Análise de 2010 a 2018 sob a Luz do Conceito de Cidadania”, de autoria do Juiz Johnny Gustavo Clemes, o texto constitui uma contribuição valiosa para o entendimento das dinâmicas de cidadania e justiça nessas comunidades remotas. Seu objetivo central é investigar se a política pública de acesso à justiça implementada pelo Poder Judiciário de Rondônia beneficia efetivamente a realização da cidadania para as populações ribeirinhas. A análise se baseia no referencial teórico de T. H. Marshall, que delineou a evolução da cidadania ao longo do tempo. Para compreender plenamente as necessidades dessas comunidades tradicionais, o autor considera fatores como a formação, costumes, tradições, cultura, economia e geografia específicas da região do Baixo Rio Madeira. Assim, a cidadania não pode ser avaliada de forma isolada, mas sim em relação à postura dos indivíduos na busca por direitos e ao desenvolvimento das instituições locais. O estudo examina as atividades do Poder Judiciário e outras instituições durante o período abrangido, refletindo sobre como a atividade judiciária influenciou as demais instituições na realização dos direitos de cidadania. Além disso, a pesquisa questiona como a cidadania se desenvolveu ao longo desse período e quais fatores influenciaram a implementação de políticas públicas. Os resultados desta pesquisa instigante nos levam a refletir sobre a importância do Estado na construção de políticas públicas que efetivem os direitos de cidadania das populações ribeirinhas do Baixo Rio Madeira. Essa reflexão não apenas afeta a função jurisdicional, mas também se estende a outras áreas, como educação e assistência social.

A tese apresentada em seguida, de autoria do Juiz Guilherme Ribeiro Baldan, explora o mundo complexo dos conflitos ambientais na Bacia do Rio Amazonas. Sob o título “A Mediação Transnacional

para o Alcance da Sustentabilidade na Resolução de Conflitos Decorrentes de Danos Ambientais na Bacia do Rio Amazonas”, esta tese traz à lume uma abordagem fresca e promissora para abordar questões cruciais de sustentabilidade e resolução de conflitos em um dos ecossistemas mais vitais do mundo. A pesquisa concentra-se em explorar a viabilidade da Mediação Transnacional como uma ferramenta eficaz para resolver conflitos resultantes de danos ambientais causados por Grandes Empreendimentos na Bacia do Rio Amazonas. Tema de importância crítica, especialmente considerando os impactos significativos que esses empreendimentos podem ter sobre o meio ambiente e as comunidades locais. Além de proceder uma análise aprofundada dos elementos da Transnacionalidade e sua relação com o princípio da solidariedade ambiental e propor um modelo de intervenção por meio da Mediação Transnacional, oferece uma perspectiva inspiradora e prática sobre como podemos abordar os desafios ambientais em uma escala global, promovendo a cooperação transnacional e a busca pela sustentabilidade na Bacia do Rio Amazonas. É um estudo que tem o potencial de influenciar políticas públicas, moldar estratégias de desenvolvimento e promover uma abordagem mais holística e eficaz para a preservação desse precioso ecossistema.

Sob o título “A Fraternidade na Prevenção, Punição e Eliminação da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: A Experiência do Poder Judiciário de Rondônia aplicado à Mulher Ribeirinha do Rio Madeira como Modelo de Aplicação”, na sequência, a tese de autoria do Juiz Áureo Virgílio Queiroz traz uma abordagem revolucionária para um dos desafios mais prementes da sociedade moderna: a violência doméstica contra a mulher. A pesquisa foca na Justiça Itinerante e sua aplicação inovadora na prevenção, punição e erradicação da violência doméstica e familiar. O estudo é conduzido sob a perspectiva da fraternidade, um conceito muitas vezes negligenciado, mas de profunda importância no contexto dos direitos humanos e da igualdade de gênero. Seu objetivo principal é demonstrar como o resgate da fraternidade na Constituição Federal do Brasil pode catalisar a função social do Poder Judiciário de Rondônia. Por meio dessa abordagem, busca-se promover o acesso à justiça e a conscientização jurídica entre todas as mulheres brasileiras, especialmente aquelas que enfrentam a violência doméstica, um passo fundamental para garantir seus direitos humanos e al-

cançar uma sociedade mais justa e igualitária. A tese aborda desde a caracterização das comunidades tradicionais ribeirinhas até a análise do funcionamento dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de contemplar de forma especialmente cativante o tema fraternidade, contextualizada no âmbito do Poder Judiciário, incluindo a experiência inovadora da Justiça Itinerante. Assim, os resultados apresentados oferecem uma nova visão da Justiça Itinerante sob a perspectiva da fraternidade, com potencial para revolucionar a forma como enfrentamos a violência doméstica e familiar em todas as regiões do Brasil. Podemos afirmar que esta pesquisa representa um marco na busca por um sistema de justiça mais inclusivo e fraterno para todas as mulheres brasileiras.

O Juiz Sérgio William Domingues Teixeira aborda uma pesquisa inovadora que lança uma luz crucial sobre o sistema penitenciário brasileiro e o alarmante aumento de facções criminosas. Intitulada “Muros Altos e Rios de Sangue: O Sistema Penitenciário Federal e a Expansão das Facções Criminosas,” esta investigação aprofundada explora a complexa inter-relação entre o sistema penitenciário estadual, com destaque para o Estado de Rondônia na Amazônia Ocidental e o sistema penitenciário federal. O estudo avalia se a transferência de presos entre esses dois modelos prisionais tem alguma influência na expansão das gangues prisionais e se estimula a emergência de novos coletivos de presos em todo o país. Para o autor, as prisões são, inegavelmente, um microcosmo peculiar da sociedade, onde se desenvolvem códigos de conduta rígidos e uma cultura que muitas vezes resulta em uma dinâmica de violência e controle. Em vez de servir como uma instituição focada na reabilitação dos presos, as prisões frequentemente se transformam em ambientes de fomento de violência e crime. A criação do Sistema Penitenciário Federal visava combater esse fenômeno crescente e controlar a violência nas prisões. No entanto, a criação do sistema federal teve consequências inesperadas. Líderes criminosos de todo o país se encontraram, formando o que ficou conhecido como o “Comitê Central do Crime.” Esta pesquisa lança um olhar perspicaz sobre as complexidades desse contexto, explorando a dinâmica intrincada da transferência de presos, o surgimento das gangues prisionais e os desafios enfrentados pelo Sistema Penitenciário Federal. Além disso, ela examina como as decisões governamentais podem inadvertidamente

resultar em um aumento do poder e influência das facções criminosas. Este estudo é uma leitura essencial para todos os interessados em justiça criminal, segurança pública e políticas penitenciárias. Aborda uma questão crítica que afeta profundamente o sistema prisional brasileiro e destaca a necessidade urgente de abordagens inovadoras e soluções eficazes para conter a proliferação das facções criminosas.

Dando seguimento temos a tese de título: “A Atuação Judiciante e a Política Pública de Saúde: Embaraço ou Auxílio?”, de autoria do Juiz Audarzean Santana da Silva. Este trabalho é fruto de uma pesquisa meticulosa que analisou as decisões judiciais relacionadas à saúde, proferidas em processos iniciados entre 2010 e 2014 em diversos municípios de Rondônia, e seus impactos nos orçamentos municipais. O autor conduziu uma investigação abrangente e rigorosa, lançando luz sobre um tema de grande relevância no cenário contemporâneo: a judicialização da saúde. A pesquisa explora não apenas a quantidade de processos judiciais, mas também os seus principais impulsionadores, argumentos, providências mais buscadas, reações do Executivo e o impacto financeiro dessas decisões. Os resultados revelam que a judicialização da saúde, embora crescente, é um fenômeno relativamente pequeno, mas com um papel significativo em assegurar o acesso a serviços negados e em indicar ineficiências no sistema de saúde. A pesquisa contribui de maneira substancial para a compreensão do complexo relacionamento entre o Judiciário e a política pública de saúde. A análise minuciosa e objetiva dos dados coletados oferece uma perspectiva esclarecedora sobre a influência da atuação judicante nos sistemas de saúde municipais. Trata-se de uma pesquisa de alta qualidade e relevância para a comunidade jurídica e profissionais envolvidos com a política pública de saúde.

O Psicólogo Zeno Germano de Souza Neto nos apresenta uma tese de grande relevância para o universo jurídico e psicológico que aborda a delicada questão da guarda de filhos em contextos familiares. Intitulada “Mediação Judicial em Contextos Familiares Envolvendo a Guarda de Filhos,” esta pesquisa empreende um debate profícuo sobre o processo de mediação, um instrumento discursivo que visa à resolução de conflitos por meio da comunicação mediada por um terceiro especializado, o mediador. O objetivo central deste estudo foi

analisar os resultados de acordos judiciais obtidos por mediação em casos de disputa de guarda de filhos. Para alcançar essa meta, foram desenvolvidos dois artigos, um teórico e outro empírico. O primeiro artigo lança luz sobre o estado atual da arte da atuação do psicólogo como mediador em processos de disputa de guarda de filhos. Ele aborda as técnicas utilizadas na mediação, as características do processo, os perfis dos envolvidos e dos mediadores, a partir de uma revisão sistemática da literatura. A pesquisa se baseou em fontes respeitáveis, incluindo Redalyc, BVS e Scielo. O resultado foi a análise de sete artigos que forneceram insights essenciais sobre o tema. O segundo artigo, de natureza empírica, teve como objetivo principal investigar como os indivíduos que participaram de mediação judicial em casos de guarda de filhos percebem o processo de mediar conflitos. Esta pesquisa qualitativa, conduzida entre os anos de 2013 e 2018, envolveu 22 indivíduos que estiveram envolvidos em litígios sobre a guarda de seus filhos e que conseguiram chegar a um acordo por meio do processo de mediação judicial. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e a análise de conteúdo revelou informações valiosas. Notou-se que a maioria dos acordos obtidos por mediação foram mantidos e os indivíduos relataram uma avaliação positiva do processo de mediação. Os resultados deste estudo revelam a eficácia da mediação judicial como uma abordagem humanizada e adequada para lidar com questões do Direito de Família. Mais importante ainda, eles destacam a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que envolva profissionais do direito, psicólogos e assistentes sociais, a fim de alcançar soluções efetivas para questões complexas envolvendo a guarda de filhos. A tese contribui substancialmente para o aprimoramento do sistema judiciário no tratamento de casos familiares delicados, enfatizando a importância do diálogo e da busca por acordos no contexto da mediação.

A próxima tese apresenta uma pesquisa fundamental que ilumina a complexa jornada de reinserção comunitária das pessoas que cumpriram medidas de segurança em Rondônia. A tese intitulada “Trajetórias de Reinserção Comunitária das Pessoas em Cumprimento de Medida de Segurança em Rondônia: Determinantes Individuais, Familiares e da Rede de Atenção Psicossocial”, de autoria da Assistente Social Ana Paula Baldez Santos é um estudo abrangente que lança luz

sobre as experiências de indivíduos que passaram por um processo tão desafiador. A pesquisa se desdobra em dois estudos empíricos. O primeiro oferece um retrato psicossocial das pessoas em cumprimento de medidas de segurança em Rondônia, que foram desinstitucionalizadas no período de 2013 a 2016. Os resultados revelam uma série de características e desafios enfrentados por esses indivíduos, desde gênero até níveis de educação e tipos de infrações que levaram à medida de segurança. Importante destacar que essas pessoas, em grande parte, tiveram medidas de internação impostas superiores a três anos, mas permaneceram internadas por um período ainda maior em ambiente prisional. O segundo estudo explora os fatores relacionados ao sucesso ou insucesso da reinserção comunitária dessas pessoas, destacando as dimensões familiares, da rede de atenção psicossocial e fatores individuais. Os resultados apontam para a complexidade desse processo e revelam que, mais de cinco anos após a reinserção, a atenção aos cuidados das pessoas em cumprimento de medida de segurança continua sendo limitada principalmente à entrega de medicamentos em centros de atenção psicossocial. Essa falta de apoio adequado ainda coloca uma sobrecarga significativa nas famílias que acolhem esses indivíduos. Os estudos compilados nesta tese fornecem uma visão crítica de como as políticas públicas, particularmente as relacionadas à atenção básica e ao acompanhamento psicossocial, precisam ser adaptadas para lidar com as necessidades específicas desses indivíduos e de suas famílias. É fundamental que o sistema de justiça e a rede de atenção psicossocial considerem uma abordagem mais individualizada e sensível ao contexto cultural para garantir uma transição eficaz da internação para a reintegração comunitária.

Por fim, apresentamos a tese de autoria da Assistente Social Helena de Jesus Abreu Araújo, intitulada “Política Pública para Adolescente Infrator/a: uma análise da medida socioeducativa de internação em Porto Velho (2016/2018)”, pesquisa que realiza uma análise crítica e profunda do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) implantado em 2012 e seu impacto na vida dos adolescentes infratores na região. A pesquisa se concentra em questões cruciais: Como o SINASE se efetivou em Porto Velho? Essa política tem cumprido seu objetivo de socioeducar os adolescentes autores de atos infracionais? Em que medida o Sistema de Garantia de Direitos realmente as-

segura os direitos humanos dos adolescentes infratores e a proteção desse grupo? Essas questões apontam para a hipótese de que a falta de efetivação do SINASE em Porto Velho pode estar correlacionada com altas taxas de reincidência, óbitos e a inserção de jovens no sistema penal. O estudo busca não apenas identificar as falhas, mas também fornecer uma compreensão mais profunda das condições e desafios que os adolescentes infratores enfrentam em Porto Velho. Ele destaca o descompasso entre as diretrizes do SINASE e a realidade vivenciada por esses adolescentes, especialmente no que se refere à infraestrutura das unidades de internação e à disponibilidade de pessoal qualificado. Em última análise, este trabalho busca ampliar o debate sobre o atendimento a adolescentes envolvidos na prática de atos infracionais. É uma chamada para a inclusão desses jovens nas principais políticas públicas, alinhando a realidade com as diretrizes estabelecidas pelo ECA e SINASE. Compreender e enfrentar esses desafios é essencial para assegurar um tratamento justo e eficaz para adolescentes infratores, com a esperança de promover a sua reintegração na sociedade. Esta tese oferece uma contribuição valiosa para a discussão sobre justiça juvenil e políticas públicas em um contexto regional específico. É uma leitura essencial para todos que buscam compreender e melhorar o sistema socioeducativo para adolescentes infratores no Brasil.

Ao encerrar esta apresentação, resta evidente a riqueza e diversidade dos temas abordados pelos autores (as). As pesquisas, de alta qualidade e relevância, refletem o compromisso com a promoção do conhecimento e a disseminação de informações cruciais para o entendimento de questões complexas do mundo jurídico. Cada um dos trabalhos oferece uma contribuição significativa ao campo jurídico, expondo perspectivas inovadoras e aprofundadas sobre temas como a política de desenvolvimento sustentável na Amazônia, os desafios da mediação judicial em casos de guarda de filhos e as implicações do sistema penitenciário federal na expansão das facções criminosas. Este volume da revista promete enriquecer a compreensão e o debate sobre temas de relevância jurídica, servindo como uma ferramenta essencial para profissionais, pesquisadores e estudantes interessados nas questões legais que moldam nossa sociedade.

À medida que nossa revista continua a avançar e a crescer, é evidente que o compromisso com a excelência e o rigor acadêmico permanece inabalável. Continuaremos a buscar o mais alto padrão de pesquisa e a fomentar um ambiente propício para a inovação e a reflexão crítica. Cada um dos artigos selecionados para esta edição representa um passo adiante em nosso compromisso com o aprimoramento do entendimento jurídico e o compartilhamento de conhecimentos valiosos com a comunidade jurídica e além. Agradecemos a todos os autores por suas contribuições excepcionais e ansiamos por aprofundar as discussões e os debates que esses artigos certamente inspirarão.

Juiz Arlen José Silva de Souza

Coordenador do CEPEP

RESUMOS

A POSSIBILIDADE DE DECISÕES ESTRUTURANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB O ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA GARANTIR SEGURANÇA JURÍDICA E A TRANSNACIONALIDADE

ANO: 2023

MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA - Graduado em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília (1983). Doutor em Ciências Jurídicas, pela Universidade do Vale do Itajaí e Faculdade Católica de Rondônia. Mestre em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas. Especialista em Direito Civil e Processo Civil, pela PUC-SP. Especialista em Poder Judiciário, pela FGV Direito Rio. Compõe, pelo CNJ, o Grupo de Trabalho destinado a elaborar parecer sobre a realização de videoconferências no âmbito da justiça criminal. Compõe a Comissão de Estudos da AMB, para apresentação de sugestões ao novo Código de Processo Civil. Compõe o grupo de trabalho, instituído pela ENFAM, para desenvolver programa de atualização e preparação da magistratura nacional para aplicação do novo Código de Processo Civil. Compõe, pela ENFAM, o Grupo de Trabalho Interinstitucional Gestor das Competências Profissionais da Magistratura Nacional. É membro da Comissão de Estudos sobre Inteligência Artificial da Escola Nacional da Magistratura. Eleito Vice-Presidente do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil - CONSEPRE. Foi diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, no biênio 2018-2019. Foi membro do Conselho Superior da Emeron, no biênio 2016-2017. Foi membro da Coordenadoria da Escola Nacional da Magistratura - ENM, no triênio 2017/2019. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral, para o biênio 2020/2021. É desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, tendo exercido a Vice-Presidência no biênio 2010-2011 e presidência no biênio 2022-2023. Professor Associado I na Universidade Federal de Rondônia - UNIR, professor na Escola da Magistratura de Rondônia, professor visitante nas escolas da magistratura do Rio Grande do Norte, Acre, Bahia, Amapá, Alagoas, Espírito Santo e Sergipe. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Administração Judiciária, atuando principalmente nos seguintes temas: prestação jurisdicional, gestão, gestão administrativa e procedimentos.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2538304080680537>

Orientador: Professor Doutor Alexandre Morais da Rosa

RESUMO

O estudo na Tese trata da possibilidade de decisões estruturantes do Supremo Tribunal Federal, sob o artigo 225 da Constituição Federal, garantir segurança jurídica e transnacionalidade, cujo objetivo é a obtenção de título de Doutor pelo Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, inserindo-se na área de concentração Constitucionalidade, Transnacionalidade e Produção do Direito”, vinculando-se à linha de pesquisa “Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade e ao Projeto de Pesquisa “Democracia e Estado no Século XXI: Transnacionalidade e Assimetria”. O seu objeto é determinar a viabilidade do Supremo Tribunal Federal superar a análise da soberania por meio de decisões estruturantes, conferindo ao artigo 225 natureza jurídica transnacional, estabelecendo-se como objetivo geral identificar a disfuncionalidade na atuação do STF e indicar, numa visão orgânica e funcional da Corte no concerto internacional, a possibilidade de editar decisões estruturantes ao atuar visando a transnacionalidade do artigo 225 da Constituição, considerados novos padrões do conceito de soberania e os efeitos da globalização. Como objetivos específicos, a pesquisa busca: a) descrever a relevância do papel do STF como parte do Estado b) perquirir sobre as causas de suas disfuncionalidades e influência na segurança jurídica; c) apresentar os conceitos de soberania empregados no Brasil e no contexto mundial, demonstrando a necessidade de superação/relativização de sua visão ortodoxa; d) identificar a importância das atividades que prestigiem a funcionalidade do Supremo voltada para o agir localmente e pensar globalmente; e) indicar que, por meio de decisões estruturantes do STF, pode ser superada a visão tradicional de soberania. Na pesquisa constam quatro capítulos: no primeiro cuidou-se dos papéis reservados ao STF no estado constitucional de direito, sua disfuncionalidade e a insegurança jurídica que resulta de sua atuação; o segundo aprofunda o estudo da transnacionalidade pela análise do direito transnacional e pela evolução histórica demarcada no pensamento de Philip C. Jessup, pela intersecção do tema com o direito e pela pesquisa da transnacionalidade no contexto do direito internacional; o terceiro aborda o estudo dos conceitos ortodoxos de soberania e da teoria de separação dos poderes para compreendê-los como obstáculos conceituais ao reconhecimento da natureza jurídica de transnacionalidade do artigo 225 da Constituição; o quarto capítulo aborda a atuação do STF de maneira racional para torná-lo uma Corte funcional, com ação local e pensamento global, por meio de decisões estruturantes, superando o possível conflito entre os três Poderes. O método utilizado foi indutivo na fase de investigação; o lógico exploratório no tratamento de dados. Na conclusão, verifica-se que a Suprema Corte, atuando de forma funcional e por meio de decisões estruturantes, com uma revisão do conceito ortodoxo de soberania, pode conferir caráter transnacional ao art.

225 da Constituição Federal. Nas diversas fases da pesquisa foram acionadas as técnicas do Referente, da Categoria, do Conceito Operacional e da Pesquisa Bibliográfica.

Palavras-chave: Decisões estruturantes; Segurança Jurídica; Soberania; Transnacionalidade; Supremo Tribunal Federal; Art. 225; Meio ambiente.

ABSTRACT

This Thesis addresses the possibility of the structuring decisions of the Federal Supreme Court, under article 225 of the Federal Constitution, guaranteeing legal security and transnationality. It was written in fulfilment of the Doctorate degree of the PhD Program in Legal Science at the University of Vale do Itajaí- UNIVALI, within the area of concentration "Constitutionality, Transnationality and Production of Law, linked to the line of research "State, Transnationality and Sustainability" and to the Research Project "Democracy and State in the 21st Century: Transnationality and Asymmetry. Its object is to determine the viability of the Federal Supreme Court to overcome the analysis of sovereignty through structuring decisions, conferring on article 225 a transnational legal nature. The general objective of this work is to identify the dysfunctionality in the performance of the ST and to indicate, in an organic and functional view of the Court in the international field, the possibility of issuing structuring decisions when acting in light of the transnationality of article 225 of the Constitution, considered new standards of the concept of sovereignty and the effects of globalization. The specific objectives of this study are to: a) describe the relevance of the role of the ST as part of the State; b) inquire into the causes of its dysfunctions and influence on legal security; c) present the concepts of sovereignty used in Brazil and worldwide, demonstrating the need to overcome/relativize the orthodox view of sovereignty; d) identify the importance of activities that enhance the functionality of the Supreme Court, focused on acting locally and thinking globally, e) suggest that the traditional view of sovereignty can be overcome through structuring decisions of the ST. This research consists of four chapters: the first deals with the roles reserved for the STF in the Constitutional State of Law, its dysfunctionality and the legal uncertainty arising from its performance; the second explores transnationality in more depth, through the analysis of transnational law and the historical evolution demarcated in the thought of Philip C. Jessup, intersecting the theme with the law and with research on transnationality in the context of international law; the third chapter focuses on the orthodox concepts of sovereignty and the theory of separation of powers, seeking to understand them as conceptual obstacles to the recognition of the legal nature of transnationality in article 225 of the Constitution, and the fourth chapter addresses the action of the STF in a rational way to make it a func-

tional Court, with local action and global thinking, through structuring decisions, overcoming the possible conflict between the three Powers. For this study, the inductive method was used in the investigation phase, and exploratory logic in the data processing. In conclusion, it appears that the Supreme Court, acting in a functional way and through structuring decisions, with a review of the orthodox concept of sovereignty, can confer a transnational character on art. 225 of the Federal Constitution. The techniques of Referent, Category, Operational Concept and Bibliographic Research were used in the different phases of this research.

Keywords: Structuring decisions; Legal Security; Sovereignty; Transnationality; Federal Court of Justice; Art. 225; Environment.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000001/0000016c.pdf>

PODER REGULAMENTAR PRIMÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA LEGITIMADO NA ESTRUTURA DO FEDERALISMO BRASILEIRO POR MEIO DA SUSTENTABILIDADE E DA AÇÃO COMUNICATIVA

ANO: 2023

ALEXANDRE MIGUEL - Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (1987). Doutorando em Ciências Jurídicas, pela Universidade do Vale do Itajaí e Faculdade Católica de Rondônia. Mestre em Poder Judiciário pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (2009). Especialista em Direito Penal pela Fundação Universidade Federal do Estado de Rondônia UNIR (2001), em Direito Constitucional pela Associação de Ensino Superior da Amazônia FARO (2002) e Poder Judiciário pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (2008). Professor de Direito Constitucional da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia EMERON, onde também já ministrou as disciplinas de Direito Administrativo, Direito Agrário, Direito Civil, Processo Penal e Prática de Sentença Criminal. É Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, tendo exercido a Vice-Presidência no biênio 2014-2015. Foi presidente da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - biênio 2019-2020. Foi Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ? biênio 2020-2021.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8553814406917687>

Orientador: Professor Doutor. Clovis Demarchi

RESUMO

O tema da tese se correlaciona com a linha de pesquisa: Principiologia Constitucional, Política do Direito e Inteligência Artificial e atrelada ao projeto de pesquisa em governança, constitucionalismo, transnacionalidade e sustentabilidade no contexto do Doutorado Interinstitucional - DINTER, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Faculdade Católica de Rondônia – FCR. Propõe a compatibilização do poder normativo do CNJ com a estrutura do Estado Federal por meio do Processo Dialógico mediado pelo Paradigma da Sustentabilidade em suas diferentes vertentes e por uma releitura da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas. A Constituição Federal designa competência privativa da União no seu artigo 22. O problema é que, a despeito do Supremo Tribunal Federal ter considerado constitucional o exercício do Po-

der Regulamentar Primário pelo CNJ, ele não enfrentou as disposições daquele artigo, que trata da competência privativa da União para matérias ali elencadas. Além disso, o artigo 103-B da Carta, nada menciona em seu texto, sobre inovações na ordem jurídica, com preterição da função típica do Poder Legislativo. Da forma como o CNJ exerce seu Poder Regulamentar, parece entrar em rota de colisão com dispositivos constitucionais, o que demanda providência. A tese é de que é possível corrigir o problema mediante a adoção de vias de legitimação como as que se propõem, seja pela possibilidade de delegação normativa; pela existência de zonas de intersecção normativa decorrente da adoção do arcabouço normativo internacional da Sustentabilidade (que demanda ações regulamentares) ou pela existência de matérias de competência normativa concorrente entre os entes federativos. Adota-se a pesquisa bibliográfica e documental, bem como escolhidos os métodos descritivo e indutivo como bases lógicas operacionais. Com viés interdisciplinar crítico e reflexivo, as inferências buscam demonstrar, sob o ponto de vista teórico, empírico e jurídico, que, dentro da proposta da tese, é possível compatibilizar o papel normativo do CNJ na estrutura do Estado Federal, por meio das vias de atuação legitimada pela Sustentabilidade e pela Ação Comunicativa em que o Processo Dialógico Heterônomo, ou seja, deliberativo, pode se realizar, conjunta ou isoladamente, por meio de: a) criação de centros de estudos dedicados à produção normativa (Centros Normativos Judiciários Dialógicos), nos moldes dos Centros de Inteligência para a Inovação, uma unidade central e a correspondente nos estados-membros; b) criação de plataformas digitais; c) disponibilização de links de cadastramento e acesso ao conteúdo em produção para participação na formulação da norma; d) desenvolvimento de aplicativos integradores com essa finalidade.

Palavras-Chaves: Federalismo; Conselho Nacional de Justiça; Poder Regulamentar; Ação Comunicativa; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The thesis topic correlates with the research line: Constitutional Principiology, Politics of Law and Artificial Intelligence and is linked to the research project on governance, constitutionalism, transnationality and sustainability in the context of the Interinstitutional Doctorate - DINTER, University of Vale do Itajaí - UNIVALI and Catholic Faculty of Rondônia - FCR. It proposes the compatibility of the CNJ normative power with the structure of the Federal State through the Dialogical Process mediated by the Sustainability Paradigm in its different aspects and by a reinterpretation of the Communicative Action Theory of Jürgen Habermas. The Federal Constitution designates the Union private

jurisdiction in its 22 article. The problem is that, although the Federal Supreme Court has considered the exercise of Primary Regulatory Power by the CNJ to be constitutional, it didn't addressed the provisions of that article, which deals with the Union's private competence for the matters listed therein. Moreover, article 103-B of the Charter, mentions nothing about innovations in the legal system, with preterition of the typical function of the Legislative Power. The way the CNJ exercises its Regulatory Power seems to be on a collision course with constitutional provisions, which requires action. The thesis is that it is possible to correct the problem by adopting legitimation paths such as those proposed, either by the possibility of normative delegation; by the existence of normative intersection zones resulting from the adoption of the international normative framework of Sustainability (that requires regulatory actions) or by the existence of matters of concurrent normative competence among the federative entities. The bibliographical and documental research is adopted, and the descriptive and inductive methods as operational logic bases. With critical and reflective interdisciplinary bias, the inferences seek to demonstrate, from the theoretical, empirical and legal point of view, that, within the proposal of the thesis, it is possible to make compatible the normative role of the CNJ in the structure of the Federal State, through ways of acting legitimated by Sustainability and by Communicative Action in which the Heteronomous Dialogic Process, that is, deliberative, can take place, jointly or separately, through: (a) creation of study centres dedicated to normative production (Dialogical Judicial Normative Centres), along the lines of the Innovation Intelligence Centres, a central unit and the corresponding one in the member states; (b) creation of digital platforms; (c) provision of registration links and access to the content under production for participation in the formulation of the norm; (d) development of integrating applications for this purpose.

Keywords: Federalism; National Council of Justice; Regulatory Power; Communicative Action; Sustainability

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000001/000001a5.pdf>

A AMAZÔNIA BRASILEIRA E O SEU CARÁTER TRANSNACIONAL: O APROVEITAMENTO DO SEU PATRIMÔNIO ESTRATÉGICO PARA GARANTIA DO DESENVOLVIMENTO.

ANO 2019

JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL - Desembargador do Tribunal de Justiça de Rondônia. Doutor em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Mestre (2011) e Especialista (2007) Poder Judiciário pela FGV-Direito Rio. Especialista em Direito Civil e Direito Penal. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (1990). Professor de Direito Processual Civil na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. Professor de Direito Processual Civil e membro do NDE do Curso de Direito do Centro Universitário São Lucas de Porto Velho/Grupo Afya.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7432886302113167>

Orientador: Professor Doutor Paulo Márcio Cruz

RESUMO

A presente Tese está inserida na linha de pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade. Seu objetivo geral é demonstrar o direito do Brasil de aproveitar os Recursos Naturais Estratégicos da Amazônia Brasileira para obter Desenvolvimento e atingir prosperidade econômica e social, tendo como fundamento decisões de Organismos Internacionais que reconhecem o mesmo direito a outros países em relação aos seus Recursos Naturais. A tese contém 4 capítulos. O primeiro trata da Amazônia Brasileira Verdadeira, o Bioma Amazônia. Destaca a existência de Recursos Naturais em grande quantidade o que caracteriza um Patrimônio Estratégico brasileiro, especialmente a água em abundância. Trata do julgamento pelo STF da demarcação da TIRSS e as salvaguardas que preservam do poder de império e do domínio da União sobre as pessoas e o local e reconhece existirem interesses internacionais sobre a região. Afirma que a Amazônia é um espaço transnacional típico porque está situada em 9 diferentes países; O segundo capítulo trata da Transnacionalidade de forma mais detalhada, da Globalização e da questão do risco, existentes no mundo em Crise, característica da Pós-Modernidade. São destacados Organismos Internacionais relevantes, sua atuação e alguns julgamentos realizados na solução de disputas internacionais com destaque

pela busca da ratio decidendi de cada uma para aplicar o mesmo raciocínio em favor do Brasil; No terceiro capítulo se demonstra que o Brasil é um grande preservador do meio ambiente, possuindo 55,8% de seu território preservado. Demonstra-se também que a fome e a pobreza estão presentes de forma grave no país, com 26,5% de sua população vivendo na pobreza, sendo 7% vivendo na miséria; O quarto capítulo defende que o Brasil tem direito ao Desenvolvimento e propõe o aproveitamento de forma mais forte dos recursos da Amazônia brasileira, usando mecanismos de democracia assimétrica para extrair da população quanto da Amazônia deve ser protegida. Nas conclusões demonstra-se que as cinco hipóteses levantadas restaram confirmadas, afirmando que há interesses estrangeiros sobre a Amazônia; o Brasil necessita de Desenvolvimento econômico e social; Há consenso internacional que assegura o direito ao aproveitamento do Patrimônio Estratégico da Amazônia; A sociedade brasileira deve decidir sobre esse aproveitamento; é desejável a criação do embrião de uma democracia transnacional Amazônica e uma rede de proteção mútua entre os países Amazônicos. Propõe a preservação de 50% da Amazônia Brasileira Verdadeira, reduzindo a reserva legal para 20% no Bioma Amazônia. O método adotado nesta pesquisa foi o indutivo.

Palavras-chave: Amazônia Brasileira. Transnacionalidade. Patrimônio Estratégico.

ABSTRACT

This thesis is part of the line of research State, Transnationality and Sustainability. Its general objective is to demonstrate Brazil's right to take advantage of the Strategic Natural Resources of the Brazilian Amazon to obtain Development and achieve economic and social prosperity, based on the decisions of International Organizations that recognize the same right for other countries in relation to their Natural Resources. The thesis contains four chapters. The first deals with the True Brazilian Amazon: the Amazon Biome. It highlights the existence of a large quantity of natural resources that constitute a Brazilian Strategic Patrimony, especially the abundance of water. It discusses the ruling of the Brazilian Supreme Court on the TIRSS demarcation and the safeguards that preserve the power of empire and the dominion of the Union over people and place, and recognizes that there are international interests in the region. It affirms that the Amazon is a typical transnational space because its territory spans nine different countries; The second chapter addresses Transnationality in more detail, as well as Globalization and the issue of risk that exist in a world in Crisis, and that are characteristic of Post-Modernity. Relevant international bodies are highlighted, discussing their performance and some judgments made to resolve international disputes, emphasizing

the search for the ratio decidendi of each one, in order to apply the same reasoning in favor of Brazil; In the third chapter, it is demonstrated that Brazil is a great preserver of the environment, with 55.8% of its territory preserved. It also demonstrates the high levels of hunger and poverty in the country, with 26.5% of its population living in poverty, and 7% living in privation; The fourth chapter argues that Brazil has the right to Development and proposes a stronger use of the resources of the Brazilian Amazon, using mechanisms asymmetric democracy to extract from the population how much of the Amazon should be protected. The conclusions show that the five hypotheses raised are confirmed, affirming that: there are foreign interests in the Amazon; economic and social development are needed in Brazil; there is an international consensus that guarantees the right to use the Strategic Heritage of the Amazon; Brazilian society must decide on this use; it is desirable to create the embryo of an Amazonian transnational democracy and a network of mutual protection among the Amazonian countries. This study proposes the preservation of 50% of the true Brazilian Amazon, reducing the legal reserve to 20% in the Amazon Biome. The method of inducting reasoning was adopted throughout the research.

Keywords: Brazilian Amazon. Transnationality. Strategic Patrimony.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000001/000001b6.pdf>

CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA JURÍDICA NA SOLUÇÃO DE LITÍGIOS NO BRASIL: RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

ANO: 2023

DEISY CRISTHIAN LORENA DE OLIVEIRA FERRAZ - Magistrada há 17 anos no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA, Juíza Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Processual Civil. Especialista em Direito de Família e Sucessões. Mestre em Poder Judiciário pela FGV DIREITO RIO. Doutoranda em Ciências Jurídicas pela FCR/UNIVALI.

Lattes ID <http://lattes.cnpq.br/0337193301379263>

Orientador: Professor Doutor Clovis Demarchi

RESUMO

A Tese está inserida na Linha de Pesquisa Principiologia Constitucional, Política do Direito e Inteligência Artificial, e ao projeto de pesquisa “Governança, constitucionalismo, transnacionalidade e sustentabilidade” tendo como tema a utilização dos serviços notariais e registrais como instrumento para solucionar conflitos de interesses por meio de decisões/sentenças com efeito de definitividade e desta forma, busca a contribuição da Política Jurídica na efetivação e concretização da solução de litígios. Com a quebra do paradigma da exclusividade da jurisdição estatal pela arbitragem, com competência para proferir uma decisão arbitral com trânsito em julgado, formal e materialmente, caracterizando a partir daí um título executivo judicial, os serviços notariais e de registro, em razão da fé pública que lhes é inerente, podem proferir decisões em questões patrimoniais que admitam disposição de vontade, sob os auspícios de definitividade, atuando como verdadeiros agentes de justiça. Partindo da Política Jurídica e do fenômeno do pluralismo jurídico, a Tese busca propor que os serviços notariais e de registro possam ter suas funções aumentadas para atuarem como instrumentos de resolução extrajudicial de conflitos e desta forma contribuir com o acesso à justiça e solução de conflitos, principalmente onde o Poder Judiciário não alcança, diante da amplitude da capilaridade do serviço extrajudicial. A tese está dividida em cinco capítulos. O Capítulo 1, apresenta as noções históricas e conceituais referentes

à compreensão da garantia constitucional do acesso à justiça. O Capítulo 2 trata da evolução do Estado, desde o Estado Absoluto até o Estado Democrático de Direito. Na sequência é exposto os fatores que impulsionaram a sociedade a demandar nas vias judiciais, num movimento de crescente judicialização, em grande parte do próprio cotidiano das pessoas. O Capítulo 3 dedica-se a apresentar o retrato atual da Justiça Brasileira, recrudescido com a judicialização em escala das relações sociais. Os gráficos extraídos da última pesquisa Justiça em Números (2021) demonstram além da série histórica de casos pendentes, o quantitativo de varas por tribunais no Brasil, o índice de produtividade dos magistrados em comparação com a carga de trabalho, inclusive apontando exemplo de outros países latinos e europeus, a taxa de congestionamento por espécie de processos e o tempo médio de tramitação por ramos da justiça, conferindo visibilidade à Justiça Estadual. O Capítulo 4 expõe acerca dos serviços notariais e de registro desde sua origem histórica e sua evolução até sua concepção e formatação atual. O enfrentamento da base principiológica da atividade extrajudicial ressalta sua natureza pública e a aplicação dos princípios constitucionais da administração pública previstos no art. 37 da CF, além da previsão de outros princípios que norteiam especificamente o funcionamento do serviço notarial e registral, e neste particular com maior visibilidade o princípio da fé pública como baluarte de toda atividade extrajudicial, ante a garantia de que os atos praticados por seus titulares ostentem a presunção de veracidade. O capítulo 5, em arremate, debate-se o cerne do tema para demonstrar que os serviços notariais e de registros tem capacidade, competência, estrutura de capilaridade e aptidão para participar do processo decisório para resolução extrajudicial de conflitos nas causas de natureza patrimonial, proferindo sentenças e resolvendo causas que lhe são submetidas pelo usuário, de forma definitiva e com trânsito em julgado. O movimento de desjudicialização fomentado pelo pluralismo jurídico como forma de transferir competências até então xii afetas aos pilares judiciais para a esfera extrajudicial, como fenômeno defendido pela Política Jurídica, sustenta que a jurisdição não detém a exclusividade para resolver e garantir direitos. A tese se encerra com a Conclusão, na qual são apresentados aspectos destacados da Tese, seguidos de estimulação à continuidade dos estudos e das reflexões sobre o movimento de desjudicialização de demandas e a consequente ampliação das funções dos serviços notariais e de registro, como forma de contribuir com o desafoamento do Poder Judiciário e concretizar o acesso à justiça, especialmente nos rincões do país. Quanto à Metodologia empregada, registra-se que a Tese está expressa na base lógica indutiva.

Palavras-chave: acesso à justiça, pluralismo jurídico, desjudicialização.

ABSTRACT

The thesis is inserted in the research line Constitutional Principality, Law Policy, and Artificial Intelligence, and in the research project "Governance, constitutionalism, transnationality, and sustainability". Its theme is the use of notary and registry services as an instrument to solve conflicts of interest by means of decisions/judgments with final effect, and in this way, it seeks the contribution of Legal Policy in the effectiveness and concretion of the solution of litigation. With the breaking of the paradigm of exclusivity of state jurisdiction by arbitration, with competence to render an arbitration decision with *res judicata*, formally and materially, characterizing from there a judicial enforcement order, notarial and registration services, due to the public faith inherent to them, can render decisions in patrimonial questions that admit a disposition of will, under the auspices of definitiveness, acting as true agents of justice. Starting from the Legal Policy and the phenomenon of legal pluralism, this Thesis proposes that the functions of notary and registry services should be extended, enabling them to act as instruments for extrajudicial conflict resolution, and thus contribute to access to justice and conflict resolution, especially in areas where the Judiciary cannot reach, in view of the breadth of the capillarity of the extrajudicial service. This thesis is divided into five chapters. Chapter 1 presents some historical and conceptual notions regarding the understanding of the constitutional guarantee of access to justice. Chapter 2 deals with the evolution of the State, from the Absolute State to the Democratic State of Law. It then sets out the factors that impelled society to demand in the judicial channels, in a movement of increasing judicialization, in large part from people's daily lives. Chapter 3 presents a current portrait of Brazilian Justice, reinforced with the scale of judicialization of social relations. The graphs extracted from the latest Justice in Numbers survey (2021) demonstrate, in addition to the historical series of pending cases, the number of courts in Brazil, the productivity levels of judges compared to the workload, giving examples from other countries of Latin America and Europe, the congestion rate by type of case and the average processing time by branches of justice, giving visibility to the State Justice. Chapter 4 explains the notarial and registry services, from their historical origin and evolution to their current design and format. Confronting the principled basis of extrajudicial activity highlights its public nature and the application of the constitutional principles of public administration provided for in Article 37 of the Federal Constitution, in addition to the provision of other principles that specifically guide the functioning of the notarial and registry service, and in this particular, with greater visibility the principle of public faith as a bulwark of all extrajudicial activity, in view of the guarantee that the acts performed by its holders bear the presumption of truth. Chapter 5 discusses the core of the subject, demonstrating that no-

tary and registry services have the capacity, competence, capillarity structure and ability to participate in the decision-making process for the extrajudicial resolution of conflicts in cases of a patrimonial nature, proffering judgments and resolving cases submitted to it by the user, definitively and with final judgment. The dejudicialization movement fostered by legal pluralism as a means of transferring competences hitherto affected to the judicial pillars to the extrajudicial sphere, as a phenomenon defended by the Legal Policy, maintains that the jurisdiction does not have the exclusivity to resolve and guarantee rights. This dissertation ends with the Conclusion, in which some highlighted aspects of the Thesis are presented, followed by a call for the continuity of studies and reflections on the movement of dejudicialization of demands and the consequent expansion of the functions of notary and registration services, as a way of relieving the Judiciary and achieving access to justice, especially in more remote areas of the country. As for the Methodology used, the Thesis is expressed using the inductive logical basis.

Keywords: access to justice, legal pluralism, dejudicialization.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000001/0000017a.pdf>

HIDRELÉTRICAS NO RIO MADEIRA: A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA COMO INSTRUMENTO PARA O ALCANCE DA SUSTENTABILIDADE

ANO: 2018

INÊS MOREIRA DA COSTA - Doutora em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestre em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas - Direito/Rio. MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas - Direito/Rio. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Rondônia. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Porto Velho, Rondônia - Brasil. . Professora do Curso de Pós-Graduação na Carreira da Magistratura da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. Professora do Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia

Lattes ID <http://lattes.cnpq.br/4435001388324917>

Orientadora: Professora Dra. Denise Schmitt Siqueira Garcia

RESUMO

A presente Tese está inserida na linha de pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade, da área de concentração Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Univali. A sua temática apresenta-se com o escopo de avaliar a possibilidade de aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica dentro de contextos de ações estratégicas e de governança ambiental que envolvem as usinas hidrelétricas no Rio Madeira, Estado de Rondônia, como instrumento para o alcance da Sustentabilidade. A problemática surgiu em razão dos questionamentos de se implantar usinas hidrelétricas no Rio Madeira e das limitações que o Estudo de Impacto Ambiental possui para a tomada de decisão de ações estratégicas que possibilitem a erradicação, diminuição ou mitigação de impactos ambientais na região e maximização das oportunidades sustentáveis. Nesse diapasão elencou-se como objetivo científico geral ANALISAR a possibilidade de implementação da Avaliação Ambiental Estratégica no Estado de Rondônia, ao nível de políticas, planos e programas que envolvam as usinas hidrelétricas no Rio Madeira. E objetivos específicos IDENTIFICAR a evolução da conscientização ambiental, do Desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade; ESTABELECEER a observância do caráter preventivo do Direito Ambiental, conhecendo seus princí-

pios estruturantes; AVERIGUAR o Estudo de Impacto Ambiental, a Avaliação Ambiental Integrada e a Avaliação Ambiental Estratégica como instrumentos para prevenção de impactos socioambientais; CONHECER a Matriz Energética brasileira e, em específico, a matriz hidroelétrica no Estado de Rondônia, especialmente as usinas construídas no Rio Madeira; PROPOR a implementação da Avaliação Ambiental Estratégica no Estado de Rondônia como instrumento para o alcance da Sustentabilidade. A tese encontra-se dividida em sete capítulos: A tese encontra-se dividida em sete capítulos, que abordam, a conscientização ambiental e Desenvolvimento sustentável, Sustentabilidade, o risco e os princípios da prevenção, da precaução, do poluidor-pagador e da informação, Estudo de Impacto Ambiental, Avaliação Ambiental Integrada e Avaliação Ambiental Estratégica, energia e hidrelétricas no rio Madeira. O método científico de abordagem eleito para a fase de investigação é o indutivo; para a fase de tratamento dos dados o método cartesiano. As técnicas foram as do referente, da categoria, do conceito operacional, da pesquisa bibliográfica e do fichamento. O relatório se encerra com as conclusões e consubstancia o resultado da pesquisa acadêmica, findando por confirmar a hipótese da imprescindibilidade da Avaliação Ambiental Estratégica no Estado de Rondônia para o alcance da Sustentabilidade.

Palavras-chave: Hidrelétricas no Rio Madeira. Sustentabilidade. Avaliação Ambiental Estratégica.

ABSTRACT

This thesis is part of the line of research State, Transnationality and Sustainability, and of the area of concentration Constitutionalism, Transnationality and Sustainability, of the Doctoral course of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Legal Science of Univali. Its theme is an evaluation of the possibility of applying Strategic Environmental Assessment within the contexts of strategic actions and environmental governance involving the hydroelectric dams in the Madeira River, in the State of Rondônia, as an instrument for achieving sustainability. This investigation arose out of issues related to the implementation of hydroelectric power plants in the Madeira River, and the limitations of the Environmental Impact Study for decision-making on strategic actions that will help to eradicate, reduce or mitigate environmental impacts in the region, and maximize opportunities for sustainable development. In this same vein, the general scientific objective was to ANALYZE the possibility of implementing Strategic Environmental Assessment in the State of Rondônia, as part of the policies, plans and programs involving the hydroelectric plants in the Madeira River. The specific objectives were to IDENTIFY the evolution of envi-

ronmental awareness, sustainable development and sustainability; to ESTABLISH observance of the preventive character of Environmental Law, having a knowledge of its structuring principles; to ACHIEVE the Environmental Impact Study, Integrated Environmental Assessment and the Strategic Environmental Assessment, as instruments for preventing social and environmental impacts; to KNOW the Brazilian energy matrix and, in particular, the hydroelectric matrix in the State of Rondônia, especially the plants built on the Madeira River; and to PROPOSE the implementation of the Strategic Environmental Assessment in the State of Rondônia, as an instrument for achieving sustainability. The thesis is divided into seven chapters, which address: environmental awareness and sustainable development, sustainability, risk and principles of prevention, precautions, the concept of polluter-pays and information, Environmental Impact Assessment, and Integrated Environmental Assessment and Strategic Environmental Assessment, energy and hydropower in the Madeira River. For the research phase, the inductive approach was used, and for the data processing phase, the Cartesian method was used. The techniques were those of referent, category, operational concept, bibliographic research and file. The report ends by drawing some conclusions and consolidating the results of the research, confirming the initial hypothesis that Strategic Environmental Assessment in the State of Rondônia is essential for achieving sustainability.

Key-words: Hydroelectric dams on the Madeira River; Sustainability. Strategic Environmental Assessment.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000000/0000009a.pdf>

JUDICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O PADRÃO DECISÓRIO DO STF, TJRS E TJRO.

ANO: 2018

LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA - Doutora em Ciências Políticas - tese na área de Judicialização de demandas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mestre em Educação e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Rondônia. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Rondônia. Professora de Direito Digital em Escolas das Magistraturas. Palestrante e pesquisadora na área de Direito Digital. Professora de Direito Constitucional I da Escola da Magistratura (EMERON). Membro Parecerista do Conselho Editorial do CONSINTER - REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO - Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação. Membro do Conselho Editorial da Escola da Magistratura do do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Membro do Conselho Editorial da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Membro de outros Conselhos Editoriais. Membro do Comitê Nacional Gestor do Banco Nacional de Mandados - BNMP do Conselho Nacional de Justiça, nomeada pelo Ministro Luiz Fux. Membro do Grupo de Trabalho que estuda dosimetria de pena e sistema de justiça instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, nomeada pelo Ministro Luiz Fux. Membro do Comitê de Acessibilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Autora e coordenadora de Obras Jurídicas. Coordenadora e idealizadora do Projeto “Mediar, eu posso!” Vencedora da Menção Honrosa no Prêmio Conciliar é legal do Conselho Nacional de Justiça ? CNJ. Coordenadora e idealizadora do Projeto “Vida Nova? no Sistema Prisional vencedora da Menção Honrosa no Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos ? AMAERJ/ TJRJ. Coordenadora do Projeto de Pesquisa - Grupo de Direitos Humanos, Criminologia e Execução Penal, com a linha Segurança Pública, Execução Penal e Ressocialização, junto à Escola da Magistratura. Coordenadora/ Organizadora para realização de intercâmbios em Eventos jurídicos Internacionais, sendo o último realizado junto à Harvard University - Cambridge, MA ? EUA, sob a coordenação científica dos alunos de Harvard Kennedy School Brazilian Caucus e alunos da Harvard Law. Jurista Parecerista junto à comissão de juristas que trabalhou na modernização da Lei de Entorpecentes e do Sistema Nacional de Políticas Públicas, sob a presidência do Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, ouvida na Câmara dos Deputados. Coordenadora Geral do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria no 001 de 15 de janeiro de 2019, destinado a elaboração de estudos, apontamento de políticas sobre eficiência e efetividade do Siste-

ma de Justiça Criminal e apresentação de projetos legislativos. Membro da Comissão Organizadora e Coordenadora Geral do ?Prêmio de Boas Práticas na Justiça Criminal? instituído pelo Fórum Nacional de Juízes Criminais, sob a presidência do Ministro Alexandre de Moraes, sendo os demais membros o Ministro João Otávio Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Artur Vidigal de Oliveira, do Superior Tribunal Militar, Desembargador Marcos Alaor do Tribunal de Justiça de Rondônia. Organizadora do Livro de Ciências Penais e Juízes Criminais, da Editora Juruá. Organizadora do Livro Estudos em homenagem ao Ministro Luis Roberto Barroso.

Lattes ID <http://lattes.cnpq.br/4670174572952874>

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Engelmann

RESUMO

O direito à educação é assegurado pela CF/88 e elevado a status de garantia fundamental de responsabilidade inerente à família e ao Estado, cabendo a esse oferecer condições para que a lei seja de fato efetivada. Entretanto, devido as crescentes demandas sociais em disparidade com a inércia presente no cenário político brasileiro, o Poder Executivo vem tornando-se cada vez mais limitado para atender as reais necessidades de efetivação dessa garantia, fazendo com que o Poder Judiciário amplie de forma considerável a sua atuação nesse contexto. Sendo assim, pressupõe-se ser de relevante importância compreender o padrão pelo qual os tribunais tomam decisões relativas ao direito à educação. O presente estudo tem como objetivo analisar o padrão de comportamento decisório do TJRO, do TJRS e do STF ao julgar as demandas relativas à judicialização da educação, ponderando se esse padrão de comportamento é progressista ou conservador e, ainda, se houve protagonismo judicial nas decisões proferidas entre o ano de 2011 a 2017. Buscou-se também, conhecer se as decisões influenciaram no comportamento do Poder Legislativo, cuja finalidade típica é inovar o ordenamento jurídico elaborando e promulgando leis que movimentem o Poder Executivo na criação e execução de programas e políticas públicas voltadas ao direito à educação. Cabe ressaltar que, para fins desse estudo, foi considerado como padrão conservador àquela decisão fundamentada em direito material legal, ou seja, na legislação pátria sem qualquer inovação jurídica. Por outro lado, foi considerado como padrão progressista a decisão fundamentada na CF/88 ou seus princípios, ou ainda leis internacionais, com maior grau de protagonismo judicial. Por fim, foi identificada em qual perspectiva o Poder Judiciário tem agido como mediador de políticas públicas que envolvem o direito educacional, tornando-se mais ativo diante da inércia do poder legislativo e do poder executivo.

Palavras-chave: educação; judicialização; protagonismo judicial; padrão de comportamento decisório.

ABSTRACT

The right to education is guaranteed by the Federal Constitution of 1988 and elevated to the status of fundamental guarantee of responsibility inherent to the family and the State, being it necessary to provide conditions for the law to be effectively enforced. However, due to growing social demands in the face of the inertia present in the Brazilian political scene, the executive branch has become increasingly limited in order to meet the real needs of this guarantee, making the Judiciary their performance in this context. Therefore, it is assumed that it is of relevant importance to understand the standard by which courts make decisions regarding the right to education. The present study aims to analyze the pattern of decision-making behavior of the TJRO, the TJRS and the STF in judging the demands related to the judicialization of education, pondering whether this pattern of behavior is progressive or conservative and also if there was a judicial role in the decisions between the year 2011 and 2017. It was also sought to know if the decisions influenced the behavior of the legislature, whose typical purpose is to innovate the legal system by developing and promulgating laws that move the executive power in the creation and execution of programs and public policies focused on the right to education. It should be noted that, for the purposes of this study, the decision based on legal material law, that is, on the national legislation without any legal innovation, was considered as a conservative standard. On the other hand, it was considered as a progressive standard the decision based on the Federal Constitution or its principles, or even international laws, with a greater degree of judicial protagonism. Finally, it was identified in which perspective the Judiciary has acted as mediator of public policies that involve the educational right, becoming more active before the inertia of the legislative power and the executive power.

Keywords: education; Judicialization; Judicial protagonism; Behavioral pattern.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000000/0000009c.pdf>

ANO: 2019

SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES - Juíza de Direito há 27 anos em Rondônia. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela UFMG/Fundação Riomar; Mestrado em Relações Internacionais na América do Sul - CEBELA, Doutorado em Ciências Políticas Dinter UFRGS/FCR, Juíza Internacional pelas Nações Unidas em Timor Leste 2004/2006; Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça de Ago/2016 à Ago/2020; Juíza Auxiliar da Presidência do STJ de Ago/2020 à Ago/2022

Lattes ID <http://lattes.cnpq.br/4299724638259462>

Orientador: Prof. Dr Paulo Fagundes Visentini

RESUMO

A 6 de março de 2018, Timor-Leste e a Austrália assinaram um Tratado histórico que estabelece as fronteiras marítimas definitivas no Mar de Timor. A assinatura do referido Tratado conclui o processo de conciliação obrigatória que tramitou na Corte Permanente de Arbitragem – CPA - sob a égide da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e põe fim a uma longa disputa entre o Timor-Leste e a Austrália. O reconhecimento dos direitos do Timor-Leste sobre os seus mares e aos recursos naturais nele contidos (como petróleo e gás) constitui um passo muito importante para o povo timorense na sua luta por soberania e independência plenas. O presente estudo dedicou-se à uma análise das relações de poder entre os dois Estados ao longo desta disputa, à luz do princípio da igualdade no direito internacional.

Palavras Chave: Timor-Leste. Austrália. Direito ao Mar. Petróleo. Tratado. Independência. Soberania. Igualdade.

ABSTRACT

On March 6, 2018, Timor-Leste and Australia signed a historic Treaty establishing the definitive maritime boundaries in the Timor Sea. The signing of the aforementioned Treaty concludes the compulsory conciliation procedure which it has conducted in the Permanent Court of Arbitration (CPA) under the

auspices of the United Nations Convention on the Law of the Sea and has put an end to a long dispute between TimorLeste and Australia. Recognition of Timor-Leste's rights to its seas and the natural resources it contains (such as oil and gas) is a very important step for the Timorese people in their struggle for full sovereignty and independence. The present study was devoted to an analysis of the power relations between the two States in the course of this dispute, in the light of the principle of equality in international law.

Keywords: Timor-Leste. Australia. Right to the Sea. Oil. Treated. Independence. Sovereignty. Equality.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000000/0000009d.pdf>

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS NO DIREITO COMPARADO E A POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE DROGAS UTILIZADA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL, NA COMARCA DE PORTO VELHO/RO.

ANO: 2018

ARLEN JOSÉ SILVA DE SOUZA - Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Rondônia - TJRO. Pós- Doutor em Direito Penal pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Mestre em Direito pela Fundação Getúlio Vargas - FGV; MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas - FGV; Especialização em Direito Penal, pela Universidade Federal de Rondônia/Universidade Federal de Minas Gerais e graduação em Direito pela Universidade Federal de Rondônia. Professor do Mestrado em Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou como Professor Colaborador da Universidade Europeia de Madrid; Professor da Universidade Federal de Rondônia e da Escola da Magistratura de Rondônia - EMERON. Exerceu a Coordenação da Pós-Graduação em Gestão Cartorária Judicial da Escola da Magistratura de Rondônia - EMERON; Coordenador do Centro de Pesquisa e Publicação Acadêmica da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Cepep e Membro do Comitê Científico da Revista Cadernos de Dereito Actual de Santiago de Compostela/Espanha. Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas na Amazônia Ocidental (DPPAO). Com atuação profissional na área de docência no ensino superior nas disciplinas: Direito Penal, Direito Processual Penal, Execução Penal, Direito Eleitoral, Métodos Adequados de Solução de Conflito e Prática Cartorária.

Lattes ID <http://lattes.cnpq.br/4354433259831808>

Orientador: Professor Dr. Fabio Rychecki Hecktheuer

RESUMO

A presente pesquisa trata da investigação das políticas públicas sobre drogas na Amazônia. Tem por objetivo analisar as ações e políticas de outros países, em especial a política pública portuguesa, e averiguar os dados sobre sua eficiência. Pretende-se verificar se políticas públicas que flexibilizem ou suprimam o punitivismo estatal, podem servir de referencial para a formulação de políticas públicas sobre drogas na Amazônia Ocidental, ponderadas as relações multiculturais da região. O método de estudo dos processos judiciais permite verificar o perfil do tráfico e associação para o tráfico de drogas em Porto Velho-

-RO. Ainda, o estudo comparativo das políticas de drogas serve à compreensão dos instrumentos utilizados por países que obtiveram êxito na redução do uso e abuso de entorpecentes. Ao final, confirmaram-se as hipóteses de que as políticas de drogas de outros países, em especial a de Portugal, são alternativas importantes, que podem constituir objetos de discussão para implementação na realidade brasileira. Assim, inferiu-se que a política antidrogas determinadas, principalmente por meio da Lei 11.343/2006, que criou o SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, é ineficiente e, por vezes, acarreta distorções sociais. Além disso, as aplicações desses instrumentos no sistema punitivo não reduziram a incidência dos crimes relacionados ao enfrentamento das drogas pelo Estado brasileiro, em especial na Comarca de Porto Velho/RO.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Amazônia Ocidental. Drogas. Direito comparado. Alternativas viáveis.

ABSTRACT

This research deals with the investigation of public policies on drugs in the Amazon. Its objective is to analyze the actions and policies of other countries, in particular the Portuguese public policy, and to ascertain the data on its efficiency. The intention is to verify if public policies that flexibilize or suppress the state punitivism, can serve as a reference for the formulation of public policies on drugs in the Western Amazon, considering the multicultural relations of the region. The method of study of the judicial processes allows to verify the profile of the traffic and association for the drug traffic in Porto Velho-RO. Moreover, the comparative study of drug policies serves to understand the instruments used by countries that have succeeded in reducing the use and abuse of drugs. In the end, the hypothesis was confirmed that the drug policies of other countries, especially that of Portugal, are important alternatives, which may constitute objects of discussion for implementation in the Brazilian reality. Thus, it was inferred that the anti-drug policy determined, mainly through Law 2006 / 11.343, which created the SISNAD - National System of Public Policies on Drugs, is inefficient, and sometimes, causes social distortions. In addition, the application of these instruments in the punitive system did not reduce the incidence of crimes related to drug dealing by the Brazilian State, especially in the Region of Porto Velho / RO.

Keywords: Public Policies. Western Amazonia. Drugs. Comparative law. Viable alternatives.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000000/00000097.pdf>

ACESSO À JUSTIÇA PARA AS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DO BAIXO RIO MADEIRA: UMA ANÁLISE DE 2010 A 2018 SOB A LUZ DO CONCEITO DE CIDADANIA

ANO 2019

JOHNNY GUSTAVO CLEMES - Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Mestre em Poder Judiciário pela FGV Rio. MBA em gestão pela GFV Direito Rio. Graduado em Direito pela Universidade São Francisco. Atuou como professor de graduação e pós graduação em diversas instituições no estado de Rondônia (Unir, Faro, Avec, Unesc, Católica de Rondônia e Uniron). Professor da pós graduação EDCM/EMERON. Formador, tutor e conteudista em EaD pela Enfam e Emeron. Orientador com experiência em diversas áreas do Direito, com ênfase em Juizados Especiais, cidadania, métodos adequados de solução de conflitos, gestão do Poder Judiciário e cultura da inovação. Juiz de Direito do Poder Judiciário de Rondônia, titular do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Porto Velho. Juiz Auxiliar da Corregedoria 2022-2023. Vice-Presidente do Fonaje 2021-2022. Membro do Conaje/CNJ.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0289612344954755>

Orientador: Professor Doutor Alfredo Alejandro Gugliano

RESUMO

Por meio dessa produção científica, busca-se investigar se a política pública de acesso à justiça do Poder Judiciário do Estado de Rondônia para as populações ribeirinhas habitantes da região do baixo rio Madeira constitui um mecanismo que prestigia realização da cidadania. A partir do referencial teórico de T. H. Marshall produziu-se pesquisa destinada a analisar se as atividades do Poder Judiciário têm preenchido requisitos que podem ser extraídos dos escritos do referido autor. O trabalho leva em consideração a formação dessas comunidades tradicionais, seus costumes, tradições, cultura, economia e geografia para servir de subsídio na compreensão das necessidades apresentadas por esse grupo populacional, já que, do ponto de vista da cidadania, é preciso compreender uma série de aspectos que vão desde a postura dos indivíduos na busca por direitos ao desenvolvimento das instituições nos locais onde vivem. O trabalho realizado pelo Poder Judiciário e outras instituições é analisado para efeito de refletir-se sobre a correspondência que a atividade judiciária tem provocado nas demais instituições para realização dos direitos de cidadania, sua ordem de desenvolvimento e

fatores que promoveram cada implementação nas políticas públicas dentro do período observado, que vai de 2010 até 2018. Inevitável que os escritos estimulem um questionamento sobre a importância da reflexão sobre o que precisa ser trabalhado pelo Estado na construção de suas políticas públicas para tornar efetivos os direitos de cidadania das populações ribeirinhas do baixo rio Madeira, o que terá reflexos não só em relação a função jurisdicional, mas também a outras instituições como as responsáveis pela educação e a assistência social.

Palavras-chave: Cidadania. Direitos. Ribeirinhos. Rio Madeira. Acesso à justiça. Justiça itinerante. Políticas públicas.

ABSTRACT

Through this scientific production, it is sought to investigate whether the public policy of access to justice of the Judicial Branch of the State of Rondônia for the riverside inhabitants of the region of the lower Madeira River constitutes a mechanism that prestige realization of citizenship. From the theoretical reference of T. H. Marshall was produced research to analyze if the activities of the Judiciary Power have fulfilled requirements that can be extracted from the writings of the mentioned author. The work takes into account the formation of these traditional communities, their customs, traditions, culture, economy and geography to serve as a subsidy in understanding the needs presented by this population group, since, from the point of view of citizenship, it is necessary to understand a series of aspects ranging from the posture of individuals in the search for rights to the development of institutions in the places where they live. The work carried out by the Judiciary and other institutions is analyzed in order to reflect on the correspondence that the judicial activity has caused in the other institutions for the realization of citizenship rights, their order of development and factors that promoted each implementation in the public policies within of the observed period, which runs from 2010 to 2018. Inevitably, the writings stimulate a questioning about the importance of reflection on what needs to be worked out by the State in the construction of its public policies to make effective the rights of citizenship of the riverside populations of the low river Madeira, which will have repercussions not only on the jurisdictional function but also on other institutions such as those responsible for education and social assistance.

Keywords: Citizenship. Rights. River dwellers. Madeira River. Access to justice. Itinerant justice. Public policy.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000000/00000094.pdf>

A MEDIAÇÃO TRANSNACIONAL PARA O ALCANCE DA SUSTENTABILIDADE NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DECORRENTES DE DANOS AMBIENTAIS NA BACIA DO RIO AMAZONAS

ANO: 2019

GUILHERME RIBEIRO BALDAN - Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 2020/2021. Vice-Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, biênio 2016/17 e 2018/19. Magistrado desde 1995. Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Rondônia 2010/2011 e 2012/2013. Professor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia desde 2000. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Juizados Especiais Cíveis. Mestre em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas-RJ. Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí-SC.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0381748591065344>

Professor Orientador: Professor Doutor Paulo Márcio Cruz

RESUMO

A presente Tese está inserida na Linha de Pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade, da área de concentração Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade, do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI. O tema tem a intenção de averiguar a possibilidade da utilização da Mediação Transnacional para o alcance da Sustentabilidade na resolução de conflitos decorrentes de danos ambientais provocados por Grandes Empreendimentos na Bacia do Rio Amazonas. A problemática surgiu depois da implementação de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia, com possibilidade de expansão de novos empreendimentos na região, como a construção de uma outra usina hidrelétrica Brasil-Bolívia. Assim, o objetivo científico geral do presente trabalho é propor alternativa para minimizar os impactos decorrentes desse progresso, haja vista que deve ser necessariamente sustentável, senão injustificável. Para tanto, são objetivos específicos identificar os elementos da Transnacionalidade e sua utilização, especialmente para materialização do princípio da solidariedade ambiental; analisar a necessidade de desenvolvimento

das regiões abrangidas pela Bacia do Rio Amazonas e caracterizar o que seja conflito ambiental; e elaborar modelo de intervenção, estatal ou não, por meio da Mediação Transnacional, quando ocorrer ou houver riscos de acontecer danos ambientais na Bacia do Rio Amazonas, especialmente aqueles provocados por Grandes Empreendimentos. A tese é dividida em quatro capítulos, que abordam o transnacionalismo, os danos ambientais provocados por Grandes Empreendimentos na Bacia do Rio Amazonas, a Mediação, bem como outros modos de resolução de conflitos e Mediação Transnacional. O método científico de abordagem eleito para a fase de investigação foi o indutivo. As técnicas utilizadas foram do referente, da categoria, do conceito operacional, da pesquisa bibliográfica e do fichamento. O relatório se encerra com as conclusões, cujo resultado da pesquisa findou por confirmar a hipótese da utilização da Mediação Transnacional para o alcance da Sustentabilidade na resolução de conflitos ambientais decorrentes de Grandes Empreendimentos na Bacia Amazônica.

Palavras-chave: Mediação. Transnacional. Sustentabilidade. Grandes Empreendimentos. Bacia do Rio Amazonas. Danos ambientais

ABSTRACT

This Thesis is part of the Line of Research "State, Transnationality and Sustainability" within the area of concentration "Constitutionalism, Transnationality and Sustainability", of the Doctorate course of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Legal Science at Univali. It investigates the possibility of using transnational mediation to achieve Sustainability in resolving conflicts arising from environmental damage caused by large enterprises in the Amazon Basin. The problem arose after the implementation of two hydroelectric plants on the Madeira River, in Rondônia, with the possibility of expanding to new projects in the region, such as the construction of another Brazil-Bolivia hydroelectric plant. Thus, the general scientific objective of this work is to propose an alternative that will minimize the impacts of this progress, as it must be sustainable, if not unjustifiable. The specific objectives of this work are to identify the elements of transnationality and their use, and to consolidate the principle of environmental solidarity; to analyze the need for development of the regions covered by the Amazon Basin and characterize environmental conflict; and to elaborate a model of intervention, state or non-state, through transnational mediation, when there is risk of environmental damage occurring in the Amazon Basin or when such damage has already occurred, especially that caused by large enterprises. The thesis is divided into four chapters, which address: transnationalism, environmental damage caused by large enterprises in the

Amazon Basin, mediation and other means of conflict resolution, and transnational mediation. The scientific method of approach chosen for the research phase was the inductive one. The techniques of referent, category, operational concept, bibliographical research and annotation were used. The report ends with the conclusions, which confirm the research hypothesis that transnational mediation is an effective methods for achieving sustainability when resolving environmental conflicts caused by large enterprises in the Amazon Basin.

Keywords: Mediation. Transnational. Sustainability. Large Enterprises. Amazon Basin. Environmental Damages.

Texto completo em PDF:

https://emeron.tjro.jus.br/images/biblioteca/Tese/Tese___Aluno_Guilherme_Ribeiro_Baldan___2019___versao_definitiva___2020.pdf

A FRATERNIDADE NA PREVENÇÃO, PUNIÇÃO E ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: A EXPERIÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DE RONDÔNIA APLICADO À MULHER RIBEIRINHA DO RIO MADEIRA COMO MODELO DE APLICAÇÃO

ANO 2022

ÁUREO VIRGÍLIO QUEIROZ - Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestre Profissional em Poder Judiciário pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Rondônia. Professor de Direito do Consumidor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. Professor de Direito Processual Civil e de Direito Civil do Centro Universitário São Lucas/Afya - Rondônia. Juiz de Direito no Poder Judiciário do Estado de Rondônia. Titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital do Estado de Rondônia.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0681997848664916>

Orientador: Professor Doutor Clovis Demarchi

RESUMO

O objeto da presente Tese é o estudo da Justiça Itinerante na prevenção, punição e eliminação da violência doméstica e familiar sob a perspectiva da fraternidade, cujo objetivo institucional é a obtenção de título de Doutor pelo Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, inserindo-se na área de concentração “Constitucionalismo, Transnacionalidade e Produção do Direito”, vinculando-se à linha de pesquisa “Principiologia Constitucional, Política do Direito e Inteligência Artificial”. O seu objetivo geral é o de demonstrar que o resgate da fraternidade na Constituição Federal contribui para que a função social do Poder Judiciário do Estado de Rondônia promova o acesso à justiça e a disseminação da consciência jurídica a todas as mulheres brasileiras no enfrentamento da violência doméstica e familiar como forma de garantia de seus direitos humanos. A Tese está dividida em três capítulos. O primeiro dedica-se a um estudo teórico sobre o conceito e as características dos povos e comunidades tradicionais ribeirinhas. Faz-se uma incursão sobre a mulher e os direitos humanos. Analisa-se também a caracterização da violência doméstica e familiar contra a mulher, as formas de violência previstas na legislação brasileira e de que forma estão identificadas

no contexto das comunidades ribeirinhas da cidade de Porto Velho. O Capítulo 2 aborda a Função Social do Poder Judiciário no ordenamento jurídico brasileiro. Adentra-se na temática da consciência jurídica, do direito à educação e das políticas de administração da justiça no âmbito do enfrentamento da violência de gênero contra a mulher. Passa-se também à análise do funcionamento dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O capítulo 3 dedica-se à fraternidade no seu aspecto geral e de sua construção no ambiente do Poder Judiciário. Faz-se um relato da história da Justiça e da formação do Poder Judiciário no Estado de Rondônia e a experiência da Justiça Itinerante como prática fraterna. As técnicas apropriadas foram as do referente, da categoria, do conceito operacional, da pesquisa bibliográfica e, destacadamente, do fichamento. O desenvolvimento do tema pautou-se pela persecução dos objetivos geral e específicos que nortearam a produção da presente Tese. A Conclusão sintetiza as respostas das hipóteses desta Tese, tendo, alfim, alcançado um novo conceito de Justiça Itinerante sob o viés da fraternidade, incidente no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher. Revelou-se, portanto, que a fraternidade como princípio e como experiência contribui para a redução dessa modalidade de violência em prol das mulheres brasileiras entre as diversas localidades remotas existentes, sem distinção em qualquer lugar do País. O Método adotado nesta pesquisa foi o indutivo.

Palavras-chave: Mulher. Violência doméstica e familiar. Fraternidade. Justiça Itinerante.

ABSTRACT

The object of this thesis is the study of Itinerant Justice in the prevention, punishment and elimination of domestic and family violence, from the perspective of fraternity. Its institutional objective is to obtain the Doctorate degree of the PhD Course in Legal Science at the University of Vale do Itajaí- UNIVALI, within the area of concentration "Constitutionalism, Transnationality and Law Production", linked to the line of research "Constitutional Principles, Law Policy and Artificial Intelligence". Its general objective is to demonstrate that reviving fraternity in the Federal Constitution contributes to the social function of the Judiciary Power of the State of Rondônia in promoting access to justice and the dissemination of legal awareness for all Brazilian women, as a form of guaranteeing their human rights. The Thesis is divided into three chapters. The first is dedicated to a theoretical study of the concept and characteristics of riverine people and communities. An incursion is made into women and human rights. The text then analyzes the characterization of domestic and

family violence against women, the types of violence provided by the Brazilian legal system, and how it is identified in the riverine communities of Porto Velho. Chapter two focuses on the Social Function of the Judiciary Power in the context of Brazilian Law. The thesis then goes into the themes of legal awareness, the right to education, and the policies of administration of justice when it comes to combating gender violence against women. The functioning of the Courts responsible for judging Domestic and Family Violence against women is also analyzed. Chapter three is dedicated to fraternity in its general aspect and also in its construction within the Judiciary Power. A report is given about the history of Justice and the formation of Judiciary Power in Rondônia, as well as the experience of itinerant Justice as a fraternal practice. The appropriate techniques used were the categories of referent, category, operational concept, bibliographic research and, in particular, bibliographic research. The theme was developed based on the pursuit of the general and specific objectives that guided the production of this thesis. The conclusion summarizes the responses to the hypothesis, reaching a new concept of Itinerant Justice under the bias of fraternity, in the scenario of domestic and family violence against women. The study reveals that fraternity, as a principle and experience, contributes to reducing this kind of violence perpetrated against Brazilian women living in remote places throughout the Country, without distinction. The inductive method was used in this research.

Key-words: Woman. Domestic and familiar violence. Fraternity. Itinerant Justice.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000001/0000015b.pdf>

MUROS ALTOS E RIOS DE SANGUE O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL E A EXPANSÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS

ANO: 2018

SÉRGIO WILLIAM DOMINGUES TEIXEIRA - JUIZ DE DIREITO do Tribunal de Justiça de Rondônia. DOUTOR em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS / 2014-2018); Mestre em Direito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-Direito-Rio / 2006-2008); MBA Judiciário (FGV-Direito-Rio / 2007); Pós-Graduação (ESPECIALISTA) em Direito Penal pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG / 1999); Pós-Graduação (ESPECIALISTA) em Educação Psicomotora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS / 1987); Graduado em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR / 1989-1993); Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa (UFV / 1982-1985), atualmente ocupa o cargo de Juiz de Direito Titular da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA) da Capital Porto Velho - RO; Membro do DPPAO (Grupo de Pesquisa em Direito e Políticas Públicas na Amazônia Ocidental), liderando o grupo de trabalho Encarceramento e Trajetórias Humanas. É Professor Associado do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR / RO) e Professor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON); Tem experiência na área de Direito Penal, Direito Penitenciário e Criminologia, com ênfase no estudo da violência, sistema punitivo e gangues prisionais, atuando principalmente no campo da execução penal.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9457663950649704>

Orientador: Professora Doutora LÍGIA MORI MADEIRA

RESUMO

Neste estudo, pretende-se verificar a inter-relação existente entre o sistema penitenciário estadual, tomando como base o Estado de Rondônia, parte da Amazônia Ocidental, e o chamado Sistema Penitenciário Federal, avaliando se a movimentação de presos entre esses dois modelos prisionais, de alguma forma, contribui para a expansão de gangues prisionais ou, ainda, se estimula ou favorece a emergência de novos coletivos de presos pelos estados e de que forma isso impacta sobre o monopólio da violência e do controle estatal das prisões. De fato, com as gangues prisionais, surge, aos poucos, um novo modelo de compor-

tamento para os presos, com códigos próprios, rígidos e que conduzem à dominação de grande parte da população carcerária e do espaço prisional. Com isso, a prisão, que deveria ser uma instituição voltada para o controle da violência e da criminalidade, para a ressocialização do preso, transforma-se em ambiente de fomento de mais violência e mais crimes, sendo essa, enfim, a razão da criação do Sistema Penitenciário Federal como mecanismo de controle dessa violência e também como forma de combater as gangues de presos. Contudo, como consequência de sua criação, deu-se o encontro de lideranças criminosas de todo o país, formando-se o que se chamou de “Comitê Central do Crime”.

Palavras-Chave: Prisões. Gangues Prisionais. Sistema Penitenciário Federal. Expansão.

ABSTRACT

This study, we intend to verify the existing relationship between the state penitentiary system, based on the State of Rondônia, part of the Western Amazon, and the so-called Federal Penitentiary System, to evaluating whether the movement of prisoners between these two models in some way, contributes to the expansion of prison gangs, or, still, stimulates or favors the emergence of new prisoners' groups by states, and how this impacts on the monopoly of violence and estatal control of prisons. In fact, with the prison gangs, gradually, comes up a new model of behavior for prisoners, with rigid codes that led to domination of a large part of the prison population and the prison space. With this, the prison, which should be an institution focused on the control of violence and crime, for the resocialization of the prisoner, becomes an environment for the promotion of more violence and more crimes, which was, in fact, the reason for the creation of the Federal Penitentiary System as a mechanism to control this violence and also as a way to combat the gangs of prisoners. However, as a consequence of its creation, occurred it meeting of criminal leaders from all over the country, forming what was called “Central Crime Committee”.

Keywords: Prisons. Prison Gang. Federal Penitentiary System. Expansion.

Texto completo em PDF:

<http://pergamum.tjro.jus.br/pergamumweb/vinculos/000000/00000087.pdf>

A ATUAÇÃO JUDICANTE E A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE: Embaraço ou Auxílio?

ANO: 2019

AUDARZEAN SANTANA DA SILVA - JUIZ DE DIREITO do Tribunal de Justiça de Rondônia. Possui graduação em Direito pela Universidade de Cuiabá (2000), Doutorado em Ciência Política no DINTER UFRGS/FCR, Mestrado Profissional em Poder Judiciário pela FGV-RIO (2009), MBA em Poder Judiciário pela FGV (2007), Pós-Graduação em Gestão Pública com ênfase em Administração Judiciária pela EMERON/RO (2015) e Pós-Graduação lato sensu em Direito Ambiental (AMBRO) pela EMERON/RO (2021). Atualmente é Juiz de Direito do Poder Judiciário de Rondônia, Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Porto Velho, professor da Escola da Magistratura de Rondônia (EMERON), Membro do Conselho Superior da EMERON e Membro do Comitê de Redação Científica do Centro de Pesquisa e Publicações Acadêmicas (CEPEP) da EMERON. (Texto informado pelo autor)

RESUMO

Este trabalho teve como problema de pesquisa a análise das decisões judiciais relacionadas à saúde, prolatadas em processos judiciais iniciados entre 2010 e 2014, nos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena e Cacoal, com seus impactos no orçamento municipal. O método científico do trabalho foi o indutivo. A pesquisa empírica fez estudo exploratório nos andamentos dos processos da judicialização (3356 feitos), nas LOAs, nas prestações de contas municipais apresentadas ao Tribunal de Contas e nos registros do RREO do período. Os principais achados da pesquisa foram: a judicialização municipal em Rondônia é um fenômeno pequeno que está estabilizado; há preponderância das demandas individuais (97,62%); a maior parte (88,20%) da judicialização municipal da saúde foi provocada por agentes estatais (DPE e MP); as providências mais buscadas na judicialização foram Medicamento (56,60%), Suplemento (6,38%), Material (6,28%) e Exame (6,03%); os argumentos favoráveis à judicialização da saúde são acolhidos pelos magistrados; a reação do Executivo é pequena, já que em apenas 8% dos casos houve agravo, e em apenas 29,20%, oferecimento de recurso voluntário; a liminar foi concedida em 83,95% (1658) dos casos; houve cumprimento voluntário em 77,56% (1286) dos processos com liminar, sendo necessário o sequestro de valores em apenas 22,44% (372) das ações; e o total dos sequestros custou menos de 1% da despesa empenhada na saúde e os gastos com cumprimento voluntário foi inferior a 14,67%, causando baixo impacto financeiro nos or-

çamentos municipais. No fim, ficou evidenciado que a judicialização municipal da saúde em Rondônia é um importante instrumento de auxílio ao cidadão – permitindo a este o acesso aos serviços negados – e à Política Pública Municipal de Saúde – indicando as ineficiências do sistema e corrigindo as omissões de atendimento.

Palavras chaves: Judicialização. Judicialização da política. Judicialização municipal da saúde. Política Pública de Saúde.

ABSTRACT

This study had as a research problem the analysis of judicial decisions related to health, filed in legal proceedings initiated between 2010 and 2014, in the municipalities of Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena and Cacoal, with their impacts on the municipal budget. The scientific method used in this work was the inductive one. The empirical research carried out an exploratory study of the progress of the judicial processes (3356 cases), LOAs (Annual Budget Law), municipal accounts rendered to the Court of Auditors, and the RREO (Budget Execution Report) records of the period. The main findings of this research were: the municipal judicialization in Rondônia is a small phenomenon that is stabilized; there is a preponderance of individual demands (97.62%); the majority (88.20%) of the municipal health judicialization was provoked by state agents (Public Defender's Office and Public Ministry); the most sought providence in the judicialization were Medicine (56.60%), Food Supplement (6.38%), Supplies (6.28%) and Exams (6.03%); the arguments favorable to the judicialization of health are supported by the magistrates; the reaction of the Executive is not significant, since in only 8% of the cases there was an aggravation, and in only 29.20%, volunteer offer; the injunction was granted in 83.95% (1658) of the cases; 77.56% (1286) of the injunction proceedings were voluntarily complied with, and only 22.44% (372) of the cases were value-based confiscated and total confiscation cost less than 1% of total expense spent on health; volunteer law enforcement spending was not higher than 14.67%, causing a low financial impact on municipal budgets. As a conclusion, it was evidenced that the municipal health judicialization in Rondônia is an important instrument for citizen assistance – allowing the latter access to denied services – and to the Public Health Policy - indicating the inefficiencies of the system and correcting the omissions of assistance.

Keywords: Judiciary. Judicialization of politics. Municipal health judicialization. Public Health Policy.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000001/000001b3.pdf>

MEDIAÇÃO JUDICIAL EM CONTEXTOS FAMILIARES ENVOLVENDO A GUARDA DE FILHOS

ANO: 2020

ZENO GERMANO DE SOUZA NETO - Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Estudos Literários pela Universidade de Rondônia. Especialista em Psicologia Clínica e Psicologia Jurídica pelo Conselho Federal de Psicologia. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (1999) é psicólogo das Varas de Execução penal e Penas e Medidas Alternativas do Tribunal de Justiça de Rondônia. Docente de nível superior, graduação e pós graduação da Faculdade Católica de Rondônia. Psicanalista Membro efetivo da Práxis Psicanalítica e participante regular da Sociedade de Psicanálise Iraci Doyle. Orientador de PIBIC e PIC da Faculdade Católica de Rondônia com pesquisas na área de psicanálise on-line. Áreas e temas de interesse: Psicanálise e clínica psicanalítica. Psicologia Jurídica e Forense. Psicologia criminal. Psicopatologia psicanalítica. Literatura comparada. Teoria e Crítica literária. Estudos pós-coloniais em Literatura.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7812427763947148>

Orientador: Profa. Dra. Tatiana Quarti Irigaray

RESUMO EXPANDIDO

Introdução: O processo de mediação é caracterizado como discursivo, que visa a resolução de conflitos por meio da comunicação com um terceiro qualificado, o mediador. Compreende-se que por meio da mediação é possível que os pais possam superar os conflitos em prol dos filhos, sendo possível manter o compartilhamento dos cuidados e o laço familiar. **Objetivo Geral:** O objetivo geral desta tese foi de analisar os desfechos de acordos judiciais obtidos por mediação em casos de disputa de guarda de filhos. Para responder a esse objetivo, foram desenvolvidos dois artigos: teórico e empírico. **Artigo Teórico:** O primeiro artigo buscou caracterizar o estado atual da arte sobre a atuação do psicólogo enquanto mediador em processos de disputa de guarda de filhos, as técnicas utilizadas para realização da mediação, as características do processo de mediação, dos indivíduos atendidos e dos mediadores, por meio de uma revisão sistemática da literatura. As bases de dados utilizadas na pesquisa foram: Redalyc, BVS e Scielo. Dentre os 37 artigos encontrados,

foram analisados um total final de sete artigos. Observou-se que o trabalho de mediação é realizado de forma multidisciplinar e o trabalho do psicólogo é realizado fundamentalmente em parceria com os operadores do Direito e Assistentes Sociais. **Artigo Empírico:** O segundo artigo teve como principal objetivo identificar como os indivíduos que participaram de mediação judicial em casos de guarda de filho representam o processo de mediar conflitos. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, entre os anos de 2013 e 2018, com 22 indivíduos que estiveram em litígio sobre a guarda de seus filhos e que fizeram um acordo a partir do trabalho de mediação judicial de conflitos. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Constatou-se que a maioria dos acordos judiciais obtidos por mediação em casos de guarda de filhos foram mantidos. As razões que motivaram os indivíduos a participar da mediação foram o diálogo e a busca de acordo com o outro genitor, sendo que a avaliação do resultado obtido com a mediação foi positiva. Os acordos foram mantidos, principalmente pelas mudanças ocorridas por meio de uma comunicação mais efetiva entre os pais durante a mediação, gerando uma percepção positiva quanto à comunicação entre as partes. **Conclusões:** A partir dos resultados apresentados, pode-se concluir que a mediação oferece ao judiciário um caminho humanizado e adequado para lidar com as questões do Direito de Família, ressaltando a importância do trabalho multidisciplinar para a resolução mais efetiva da situação.

Palavras-chave: mediação judicial, guarda de filhos, conflitos familiares, psicologia jurídica.

Expanded Abstract

Introduction: The process of mediation is characterized as discursive, which aims at resolving conflicts through communication with a qualified third party, the mediator. It is understood that through mediation it is possible that parents can overcome conflicts in favor of their children, and it is possible to maintain the sharing of care and family bond. **General Objective:** The general objective of this thesis was to analyze the outcomes of court settlements obtained through mediation in cases of child custody dispute. To answer this objective, two articles were developed: theoretical and empirical. **Theoretical Article:** The first article sought to characterize the current state of the art about the psychologist's role as mediator in child custody dispute processes, the techniques used to perform mediation, the characteristics of the mediation process, the individuals treated and the mediators, through a systematic literature review. The databases used were: Redalyc, VHL and Scielo. Among

the 37 articles found, a final total of seven articles were analyzed. It was observed that the work of mediation is performed in a multidisciplinary way and the work of the psychologist is performed fundamentally in partnership with the legal operators and social workers. **Empirical Article:** The second article aimed to identify how individuals who participated in judicial mediation in child custody cases represent the process of mediating conflicts. A qualitative research was conducted between 2013 and 2018, with 22 individuals who were in dispute about the custody of their children and who made an agreement from the work of judicial mediation of conflicts. The instrument used for data collection was a semi-structured interview. Data were analyzed through content analysis. It was found that most court settlements obtained through child custody mediation were upheld. The reasons that motivated the individuals to participate in the mediation were the dialogue and the search according to the other parent, and the evaluation of the result obtained through the mediation was positive. The agreements were maintained mainly by changes that occurred through more effective communication between parents during mediation, generating a positive perception of communication between the parties. **Conclusions:** From the results presented, it can be concluded that mediation offers the judiciary a humanized and adequate way to deal with family law issues, emphasizing the importance of multidisciplinary work for the most effective resolution of the situation.

Keywords: judicial mediation, child care, family conflicts, juridical psychology.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000000/00000092.pdf>

POPULAÇÃO RIBEIRINHA DE RONDÔNIA E O ESTATUTO DO DESARMAMENTO: COMPREENSÃO DO DIREITO PENAL A PARTIR DA TEORIA DO DELITO CULTURALMENTE MOTIVADO

ANO: 2018

FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS - Franklin Vieira dos Santos é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia desde Fev/2001. Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade Vale do Itajaí - UNIVALI. Mestre em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas - FGV-RJ. Atualmente é titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho. Também é Professor do Centro Universitário São Lucas - FSL, de Porto Velho/RO, Curso de Direito, titular das Cadeiras de Direito Penal II e Direito Processual Penal II. Professor no curso de Pós-Graduação na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - EMERON, titular da cadeira de Prática de Sentença Penal. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (1997). Pós Graduado em Direito Penal e Processo Penal, pelo Instituto Luterano de Educação Superior de Porto Velho (2001) e MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (2008). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Direito Processual Penal.

Lattes ID:<http://lattes.cnpq.br/0179245682065056>

Orientador: Professor Doutor PAULO MÁRCIO CRUZ

RESUMO

A presente Tese Doutoral que ora se apresenta trata da possibilidade de isenção de pena aos Ribeirinhos quando praticarem condutas aparentemente adequadas aos tipos penais previstos no Estatuto do Desarmamento. Está inserida na linha de pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade, com área de concentração em Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade e estruturada em três partes. Investiga-se a possibilidade de isentar penalmente os Ribeirinhos da Amazônia quando aparentemente ofendem os tipos penais previstos no Estatuto do Desarmamento, e busca apresentar uma nova compreensão do Direito Penal, quando a conduta que se amolda ao tipo penal previsto no Estatuto do Desarmamento é praticada por um cidadão Ribeirinho. Ao final, a Tese aponta os caminhos para o que se considera o tratamento penal constitucionalmente adequado em relação às

condutas praticadas por esta Comunidade Tradicional da Amazônia, especialmente frente ao Estatuto do Desarmamento. Quanto à Metodologia, o Relatório dos Resultados alcançados na Tese tem base lógica Indutiva. Conclui-se que os Ribeirinhos que vivem em isolamento, afastado do trato político e sociocultural típicos da vida urbana na esfera criminal, recebem um tratamento inadequado e desconexo com os direitos e garantias fundamentais, com desrespeito ao Multiculturalismo, desprezando a Transjudicialização, que vem se firmando como paradigma de uma nova forma de avaliar o direito. A Sustentabilidade social deve estar encadeada com a Fraternidade ao se dispensar o tratamento jurídico-penal às comunidades mais frágeis e isoladas, no interior da Amazônia. A desconsideração jurídico-penal dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento quando a conduta é praticada no contexto em que vive a Comunidade abordada é medida mais adequada.

Palavras-chave: População Ribeirinha. Sustentabilidade. Direito Penal. Estatuto do Desarmamento. Despenalização de Condutas.

ABSTRACT

This Doctoral Thesis entitled “Population who lives around the rivers of Amazônia (Ribeirinha, in portuguese) and the Disarmament Code: a new understanding of Criminal Law based on the theory of the culturally motivated crime felony” deals with the possibility of exemption of punishment to these people when practicing behaviors that seem to fit the criminal types provided for in the Disarmament Code. It is part of my research the Politic State, Transnationality and Sustainability, emphasizing the Constitutionalism, Transnationality and Sustainability, who are analised in three differents parts. The first part goals to know the Ribeirinha Community, emphasizing the need to ensure respect for its culture and recognition of its identity. The second one, aims to contextualize Sustainability, focusing on the social dimension, establishing it as a direct result of the Dignity of the Human Being. Social sustainability must be linked to the fraternity by providing the legal and penal treatment to the most fragile and isolated communities in the interior of the Brazilian Amazon. The third party, at least, intends to point out that the criminallegal disregard of the crimes foreseen in the Disarmament Statute when the conduct is practiced in the context in which the community is addressed is a more appropriate measure. The Ribeirinhos live in isolation, away from the political and socio-cultural treatment typical of urban life and receive little from the Public Power. However, in the criminal sphere, they receive an inadequate and disjointed treatment of fundamental rights and guarantees, with disrespect to Multiculturalism, disregarding Transjudicialization, which has been established as a

paradigm of a new way of evaluating law. In the end, the thesis target out ways for what is considered the constitutional treatment appropriate to the conduct practiced by this Traditional Community of the Amazon. Regard the methodology, the Results Report reached in the Thesis is composed of the Inductive Logic base.

Keywords: Population who lives around the Amazon rivers (Ribeirinha). Sustainability. Criminal Law. Disarmament Code. Decriminalization of this kind of felony.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000000/00000093.pdf>

TRAJETÓRIAS DE REINserÇÃO COMUNITÁRIA DAS PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE SEGURANÇA EM RONDÔNIA: DETERMINANTES INDIVIDUAIS, FAMILIARES E DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.

ANO: 2020

ANA PAULA BALDEZ SANTOS - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (1984), pos graduação em Segurança Pública e Direitos Humanos pela Universidade Federal de Rondônia, Especialização em Gestão de Saúde Prisional pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia e Doutora em Psicologia pela PUC-RS. Realiza assessoria e consultoria na área de Serviço Social, com ênfase em Saúde Mental, Dependência Química e Sistema Prisional.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4008704711430643>

Orientador: Prof^ª. Dra. Adriane Xavier Arteche

RESUMO

O presente trabalho buscou apresentar um panorama epidemiológico e investigar os fatores relacionados ao sucesso e insucesso da reinserção comunitária das pessoas em cumprimento de medida de segurança de Rondônia desinstitucionalizadas pela modalidade ambulatorial ou por extinção de processo judicial, que permaneceram internadas em ala psiquiátrica em regime prisional com medida superior a três anos. Para tal, foram realizados dois estudos empíricos. O Estudo 1 teve como objetivo apresentar um panorama do perfil psicossocial das pessoas em cumprimento de medida de segurança em regime ambulatorial do estado de Rondônia/Brasil, desinstitucionalizadas no período de 2013 a 2016. Os resultados apontaram que essas pessoas, participantes da pesquisa, são 100% do gênero masculino, solteiros, com idades entre 25 e 55 anos, alfabetizados, ensino fundamental incompleto, sem especialização profissional e não contribuintes da previdência e que foram internados pelas infrações dos artigos 121 (homicídio), artigo 157 (assalto a mão armada) e o artigo 155 (furto), com medidas de internação impostas superiores a três anos, todavia ficaram internados por mais de cinco anos em ambiente prisional. Foi identificado, neste panorama, que as famílias não conseguiram abarcar todos os atendimentos previstos na atenção em saúde mental, podendo

citar a Atenção Básica em Saúde e os equipamentos sociais de cada território. O Estudo 2 investigou os fatores relacionados ao sucesso, ou insucesso, da reinserção comunitária das pessoas em cumprimento de medida de segurança de Rondônia desinstitucionalizadas de 2013 a 2016, a partir da análise dos determinantes familiares, da rede de atenção psicossocial e individuais. Os resultados indicaram que o processo de reinserção comunitária das pessoas em cumprimento de medida de segurança de Rondônia, ocorrido há mais de cinco anos, ainda é restrito a entrega de medicamentos nos cinco centros de atenção psicossocial avaliados, fazendo com que a sobrecarga familiar no cuidado a essas pessoas não diminuísse no decorrer dos anos. O conjunto de artigos que compõe esta tese contribuiu para esclarecer que o cuidado às pessoas em cumprimento de medida de segurança, desinstitucionalizadas após longo período em ambiente prisional, carece de atenção das políticas públicas de atenção básica e acompanhamento psicossocial em todas as fases do processo criminal, com a individualização da pena caso a caso, com suporte aos cuidadores/familiares que irão receber seu familiar, dando ênfase àqueles que apresentam comorbidade com a dependência a substâncias psicoativas, capazes de amenizar a sobrecarga familiar.

Palavras-Chave: Desinstitucionalização. Medida de Segurança. Saúde Mental. Território. Rede de Atenção Psicossocial.

ABSTRACT

The present study sought to investigate the factors related to the success and failure of the social reintegration of the judicial patient in Rondônia, based on the individual, family and psychosocial care network. In the study, a sociodemographic questionnaire will be used to know the characteristics of the participants and their families. The intersection between crime and mental disorder and psychosocial care will be explored through scales and qualitative interviews with deinstitutionalized people, their families and care from the psychosocial care network in Rondônia. For this purpose, two empirical studies were carried out. The first study aimed to present an overview of the psychosocial profile of the Security Measures of the state of Rondônia / Brazil, deinstitutionalized in the period from 2013 to 2016 as well as the methodology and samples used. The results showed that the safety measures participating in the research are 100% male, single, aged between 25 and 55 years, literate, incomplete elementary school, without professional specialization and not contributing to social security and were hospitalized for the violation of the articles 121 (homicide), article 157 (armed robbery) and article 155 (theft), with measures imposed higher than three years ago and were hospitalized for

more than five years. In this scenario, it was identified that families were unable to cover all the services provided for in mental health care, and they can mention Primary Health Care and the social facilities of each territory. Study 2 investigated the factors related to the success, or failure, of the social reinsertion of the Rondônia Security Measures deinstitutionalized from 2013 to 2016, based on the analysis of family determinants, the psychosocial and individual care network. The results indicated that the process of social reinsertion of security measures in Rondônia, which took place more than five years ago, is still restricted to the delivery of medications in the five psychosocial care centers evaluated, making the family burden in patient care not diminishing over the years. The set of articles that make up this thesis contributed to clarify that care for people in compliance with security measures, deinstitutionalized after a long period in prison, needs attention from public policies of primary care and psychosocial monitoring in all phases of the criminal process, with the individualization of the penalty on a case-by-case basis, with support for the caregivers / family members who will receive their family member, emphasizing those 18 who have comorbidity with the dependence on psychoactive substances, capable of easing the family burden.

Keywords: Deinstitutionalization. Security measure. Mental health. Territory. Psychosocial Care Network.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000001/0000019a.pdf>

POLÍTICA PÚBLICA PARA ADOLESCENTE INFRATOR/A: UMA ANÁLISE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM PORTO VELHO/RO(2016/2018)

ANO: 2019

HELENA DE JESUS ABREU ARAÚJO - Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA(1984). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2019). Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2007).I. Especializações em Saúde Pública; Políticas Sociais e em Terapia Familiar Sistêmica. Pós-graduação em Mediação Familiar; Experiência Profissional nas áreas de Saúde (ambulatório); Assistência Social; Empresas (Escolas e Banco); No Sociojurídico (Vara de Proteção a Infância e Juventude e Varas de Família); Experiência em docência em cursos de graduação e pós-graduação; Experiência Política em Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social (Municipal e Estadual); E no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/23ª Região). Membro do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA Maria dos Anjos e do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente de Rondônia - FÓRUM/DCA

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5159303385886222>

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rychecki Hecktheuer

RESUMO

Esta tese tem como tema de estudo “A política pública para adolescente infrator/a: uma análise da medida socioeducativa de internação em Porto Velho (2016/2018)”. A proposta da pesquisa foi analisar a medida socioeducativa de privação de liberdade em Porto Velho/RO, considerando a implantação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) em 2012. A problemática levantada foi a de identificar de que maneira o SINASE efetivou-se em Porto Velho e, a partir disso, responder às indagações: essa política tem cumprido com o objetivo de socioeducar o/a adolescente autor/a de ato infracional? De que forma o Sistema de Garantia de Direitos tem realmente garantido os direitos humanos de adolescentes infratores/as e a proteção desse grupo? Sendo essas as questões, a hipótese é de que há uma correlação entre a não efetivação do SINASE em Porto Velho/RO e a reincidência, os óbitos e/

ou inserção de jovens no sistema penal. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a medida socioeducativa de internação em Porto Velho/RO, considerando a implantação do SINASE. Formulou-se como objetivos específicos: Conhecer os procedimentos psicossociais adotados nas Unidades de Internação Masculina Sentenciados do município de Porto Velho/RO; Identificar as condições estruturais das Unidades de Internação Masculina Sentenciados do município de Porto Velho/RO; Conhecer a atuação dos atores que fiscalizam a execução da medida socioeducativa de privação de liberdade em Porto Velho/RO; Apresentar os dados estatísticos sobre a reincidência de internação no sistema socioeducativo, de inserção no sistema penal e de óbitos. Os dados foram coletados por meio de análise de relatórios e de pesquisa de campo com a utilização da técnica de entrevista estruturada, com aplicação de um roteiro para conduzir o diálogo entre a pesquisadora e o entrevistado. A análise de dados foi realizada utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, e as respostas das entrevistas foram organizadas em algumas categorias. Os resultados da pesquisa aqui expostos identificaram, no geral, que há uma discrepância entre o que preconiza o ECA e o SINASE e a realidade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade em Porto Velho/RO, sobretudo, nas questões relacionadas à estrutura física da unidade de internação executora do programa e o quantitativo de pessoal da equipe técnica responsável pela execução da medida. O Sistema de Garantia de Direitos em Porto Velho também não está sendo efetivado em conformidade com o que preconizam as referidas Leis. Este trabalho, no entanto, tem a proposta de ampliar o debate sobre o atendimento direcionado aos/as adolescentes envolvidos/as na prática de atos infracionais, a fim de viabilizar a inclusão desses/as nas principais políticas públicas, conforme preconizam o Estatuto e o SINASE.

PALAVRAS CHAVES: 1. Medidas Socioeducativas; 2. Medida Socioeducativa de internação; 3. Sistema de Garantias de Direitos; 4. SINASE.

ABSTRACT

Public policy for teenagers offenders: an analysis of the socio-educational policies of reeducation in Porto Velho (2016/2018), the theme of this article is work. The issued addressed by the research was to identify the way SINASE is being enforced in Porto Velho. The work answers questions such as: is the current policy fulfilling the purpose of re-educating the teenager offender? In what way the System of Rights is preserving the human rights of these teenagers/the group as whole? The hypothesis starts due to correlation but

no actions from SINASE in Porto Velho/RO and the reoccurrence, the death and/or the insertion of teenagers into the criminal system. The overarching purported of this research is to analyse the socioeducational actions of juvenile detention in Porto Velho/RO, means applied by SINASE. For that purpose, the specific objectives are: know the psychosocial proceedings adopted by the male juvenile correction centers in the city of Porto Velho/RO; Identify the structural conditions of said institutions in Porto Velho/RO; Know the role of inspection and enforcement of said socioeducational programs and the absence of liberty in Porto Velho/RO; To present statistics and data about reoccurrence of the subjects in the socioeducational system, criminal system and death. The data was collected through the analysis of technical reports and field research, where the technique used was structured interviews with scripted questions to be applied to the participants of the research; Visits to the juvenile corrections and meetings with the technical team, in both scenarios a travel journal was kept. The analysis of the data was made by using the analysis technique and for that the answers to the interviews were organized in categories. The results of the research are here presented and identified a discrepancy between what ECA and SINASE reports and the reality of the teenagers in the juvenile socioeducational programs and their lack of liberty in Porto Velho/Ro, above all, the questions related to the physical structure of the juvenile correction centers and the team in charge of said programs. The Sistema de Garantia de Direitos in Porto Velho also is not being effective with the laws related to this subject. This work however, has as its purpose to magnify the debate about the programs available to teenagers involved with criminal acts and to make available the inclusion of said group in society as SINASE advocates.

KEYWORDS: Educational Policies; 2. Educational programs and juvenile correction; 3. Sistema de Garantias de Direitos; 4. SINASE.

Texto completo em PDF:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/206437/001113030.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

